

PROJETO PEDAGÓGICO

CURSO DE BACHARELADO EM NUTRIÇÃO

IEDA PACHECO CHAVES

PRESIDENTE

PROF.^o. DR. AÉCIO ALVES PEREIRA

DIRETOR GERAL

PROF.^o ME. DAWERSON DA PAIXÃO RAMOS

DIRETOR ADMINISTRATIVO

PROF.^o ESP. JOSÉ CLODOALDO SABINO PEREIRA

COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

PROF. ANDERSON GONÇALVES FREITAS

COORDENAÇÃO DO CURSO

PROF. ANDERSON GONÇALVES FREITAS

PROF. ANNA LÚCIA DA SILVA

PROF.^a. SANDRA TEREZA TEIXEIRA

PROF.^a. SONGILA MARIA S. ROCHA

PROF.^a. OYATAGAN LEVY PIMENTA DA SILVA

NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE DO CURSO

PROF.^a. CARINNE ALÉSSIO DOS SANTOS

PROF.^a. CRISTIANE F. SILVEIRA

PROF.^a. JOSILAINE MAGNA DA SILVA LEMOS

PROF.^o. LUCIANO OSMAR MENEZES

PROF.^o. LUIZ CARLOS PEREIRA SILVA

ORGANIZAÇÃO, COLABORAÇÃO E REVISÃO

ÍNDICE

Índice	2
Apresentação	6
Contextualização da IES	8
Contextualização do Curso	13
Planejando para Executar	17
Contexto Educacional	17
Caracterização do território	17
Índice de Desenvolvimento Humano	17
População	19
Estrutura etária	19
Longevidade, mortalidade e fecundidade	20
Educação	21
Renda, pobreza e desigualdade	22
Trabalho	23
Vulnerabilidade social	24
Políticas Institucionais no âmbito do Curso	27
Políticas de Ensino	27
Políticas de Iniciação Científica	28
Políticas de Extensão	28
Políticas de Gestão	29
Políticas Institucionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena	30
Políticas Institucionais para a Educação Ambiental	31
Políticas Institucionais para os Direitos Humanos	32
Políticas de Combate à discriminação e promoção dos direitos de lésbicas, gays, travestis e transexuais - CNCD/LGBT	33
Objetivos do Curso	35
Objetivos Gerais	35
Objetivos Específicos	35
Perfil do Egresso	37
Perfil do Egresso	37
Competências e Habilidades	37
Conteúdos Curriculares	41
Estrutura Curricular	43
Coerência com a Diretriz Curricular do Curso	43
Flexibilidade	43
Atividades Complementares e de Extensão	43
Interdisciplinaridade	44
Compatibilidade de Carga Horária	44
Ementário e Bibliografia	45

Estrutura Curricular	45
Metodologia	46
Objetivos metodológicos	46
Atividades em sala de aula	46
Incentivo à leitura, escrita e raciocínio lógico	47
Integração das áreas do conhecimento	47
Acessibilidade Plena	48
Estágio Curricular Supervisionado	48
Carga Horária	48
Convênios	49
Formas de Apresentação	49
Coordenação e Preceptoría	50
Avaliação	50
Regulamento	50
Atividades Complementares	51
Carga Horária	51
Diversidade de atividades e forma de aproveitamento	51
Regulamento	55
Trabalho de Conclusão de Curso	56
Carga Horária	56
Formas de Apresentação	56
Coordenação e Preceptoría	56
Avaliação	56
Regulamento	57
Apoio ao Discente	58
Programa de bolsas e financiamento de estudo	58
Programa de Nivelamento	58
Programa de Monitoria	58
Programa de Atendimento Psicopedagógico	59
Programa de Apoio às pessoas com Necessidades Especiais - PNEs	59
Programa de Retenção Discente e Apoio ao Egresso	59
Ações decorrentes dos processo de avaliação do curso	61
Projetos e processos de autoavaliação	61
Análise e divulgação dos resultados da autoavaliação	62
Plano de melhorias a partir dos processos avaliativos	63
Regulamento	63
Tecnologias de Informação e Comunicação – TICs – No Processo Ensino Aprendizagem	64
Procedimentos de Avaliação dos Processos de Ensino e Aprendizagem	65
Dos Processos Avaliativos Semestrais	65
Da estrutura e validação das avaliações semestrais	66
Da Aplicação das Avaliações	67
Dos cálculos dos conceitos avaliativos semestrais	67
Da aprovação na Componente Curricular	67
Da Aprovação em Exame Final	68
Da Avaliação das demais Componentes Curriculares	68
Atividades Complementares, TCC e Estágio Supervisionado	68

Das Penalidades	68
Do Registro dos Conceitos	69
Das situações pontuais - 2ª chamada, revisões de provas e solicitação de exercícios domiciliares	69
Número de Vagas	70
Os Executores	71
Atuação do Núcleo Docente Estruturante	71
Concepção	71
Acompanhamento	71
Atuação da Coordenação do Curso	75
Descrição	75
Funcionamento do Colegiado de Curso	76
Descrição	76
Representatividade dos segmentos	76
A Infraestrutura de Apoio	78
Gabinetes de Trabalho para Professores tempo Integral	78
Descrição	78
Espaço de Trabalho para a Coordenação do Curso e para os Serviços Acadêmicos	79
Descrição do espaço de Trabalho para a Coordenação do Curso	79
Descrição do espaço utilizado para os Serviços Acadêmicos (Secretaria Acadêmica)	79
Descrição dos serviços disponíveis aos estudantes no Sistema Acadêmico	79
Sala de Professores	81
Descrição	82
Sala de Aula	82
Descrição	82
Acesso de Alunos aos Equipamentos de Informática	83
Descrição	83
Bibliografia	85
Bibliografia Básica	86
Bibliografia Complementar	86
Relação de Periódicos	86
Regulamento	86
Laboratórios Didáticos Especializados	87
Quantidade	87
Qualidade - Políticas de Manutenção dos Equipamentos	88
Serviços - Políticas de Atendimento à Comunidade	88
Requisitos Legais e Normativos	89
Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso	89
Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena	89
Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos	89
Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista	90
Titulação do Corpo Docente	90
Núcleo Docente Estruturante - NDE	90
Carga Horária Mínima	91
Tempo de Integralização	91

Condições de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida	91
Disciplina de Libras	94
Informações Acadêmicas	94
Políticas de Educação Ambiental	96

APRESENTAÇÃO

Partindo da concepção de que a construção do Projeto Pedagógico é um processo que compreende três momentos distintos e interligados, ou seja, o diagnóstico da realidade da Instituição de Ensino Superior (IES), decorrente do levantamento das concepções do coletivo e a programação das ações a serem desenvolvidas pelo coletivo, recentemente passamos por um processo de estruturação curricular com objetivos de preparar este curso e por consequência a IES, a fim de percorrermos um caminho ideal executando ações pertinentes e passíveis de realização. Assim, é com grande satisfação que apresentamos o Projeto Pedagógico do Curso.

Foram muitas as reuniões nesse sentido que entre outras coisas tornou-se claro que para as ações não se tornem um mero cumprimento de tarefas, são necessários questionamentos tais como: **“Por que construir coletivamente o Projeto Pedagógico?”** e **“Para quem deve ser feito o projeto pedagógico?”**. Pressupondo que a construção e elaboração coletiva do projeto pedagógico, devem ser voltadas para a compreensão de seus executores (docentes) e seus beneficiados (alunos) além de explicitar as relações de interdependência destes.

Assim, estabelecemos uma ordem estrutural e de consequência lógica, iniciando pela inserção social e consequente diálogo da IES e do Curso com a sociedade local, estabelecendo os aspectos didáticos pedagógicos, passando pela apresentação da coordenação e corpo docente, chegando finalmente aos aspectos de infraestrutura envolvidos no processo de ensino-aprendizagem.

Tudo isto tem como principal objetivo formar cidadãos dotados de capacidade crítica e reflexiva diante dos desafios profissionais. Percebemos que para os aspectos didáticos pedagógicos, a definição do perfil do egresso, das competências e habilidades a serem desenvolvidas, dos objetivos do curso, dos conteúdos curriculares e metodologia deve obedecer a esta ordem lógica, vez que no processo reflexivo sobre os elementos estruturadores do conhecimento, estes surgem na mente do indivíduo ao mesmo tempo. Ou seja, para quem é conhecedor da ciência que ensina, na medida em que as competências

profissionais do aluno egresso vão sendo definidas surgem ideias em torno das atividades de aprendizagem necessárias à sua transformação em comportamento e habilidades possíveis de serem vivenciadas pelos estudantes.

Todo este processo de reflexão sobre a estruturação do projeto pedagógico do curso foi estabelecida de maneira coerente com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), objetivando atender principalmente ao aluno, mas também ao instrumento de avaliação publicado pelo MEC/INEP, bem como as diretrizes financeiras e administrativas da mantenedora da IES.

Assim esperamos estar contribuindo para o desenvolvimento educacional e socioeconômico da região onde nos inserimos, bem como oferecer ensino de qualidade, explicitado em nosso PDI.

Núcleo Docente Estruturante

CONTEXTUALIZAÇÃO DA IES	
Nome da mantenedora	União Educacional Meta
Base legal da mantenedora	Endereço: estrada Alberto Torres, nº 947 - Conjunto Mariana - Rio Branco/AC
	União Educacional Meta Ltda.
	Registrada em cartório - Junta Comercial do Estado do Acre sob o nº: 20140078517 em 28/05/2014. FLs 42 à 49.
	Atos Legais Credenciamento: Portaria nº 481 de 16 de abril de 2008. Publicada no D.O.U de 17 de abril de 2008 Recredenciamento: Portaria nº 1.295 de 17 de novembro de 2016. Publicada no D.O.U de 18 de novembro de 2016.
Nome da IES	Faculdade Meta
Base legal da IES	Endereço: Estrada Alberto Torres, nº 947 - Conjunto Mariana - Rio Branco/AC
	Atos Legais Credenciamento: Portaria nº 481 de 16 de abril de 2008. Publicada no D.O.U de 17 de abril de 2008 Recredenciamento: Portaria nº 1.295 de 17 de novembro de 2016. Publicada no D.O.U de 18 de novembro de 2016.
Conceitos Institucionais	Conceito Institucional: 04 (2015)
	Índice Geral de Curso: 04 (2015)

<p>Missão, Visão e Valores</p>	<p>Missão: Contribuir para o desenvolvimento da sociedade por meio da educação de qualidade.</p> <p>Visão:</p> <ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Manter sua condição de Instituição de Ensino Superior de direito privado com fins lucrativos e o crescimento com sustentabilidade econômica e financeira. <input type="checkbox"/> Manter a credibilidade como instituição de ensino de graduação e pós-graduação e extensão de qualidade. <input type="checkbox"/> Fortalecer a sua posição de excelência regional e nacional. <p>Valores:</p> <ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Compromisso com a educação de qualidade com foco na aprendizagem; <input type="checkbox"/> Ética e integridade nas nossas relações; <input type="checkbox"/> Valorização do patrimônio humano; <input type="checkbox"/> Aprimoramento constante na gestão; <input type="checkbox"/> Responsabilidade socioambiental;
<p>Dados socioeconômicos e socioambientais da região</p>	
<p>Segundo o Censo do IBGE (2010), nosso município possui uma população de População 2010 336.038 habitantes e dentre esses 70.620 habitantes com ensino médio completo e/ ou ensino superior incompleto, justificando os investimentos por parte da Mantenedora da IES na criação de cursos superiores. Outro aspecto relevante é que ainda existem poucas instituições de ensino superior na região que supram as necessidades locais de desenvolvimento.</p> <p>De acordo com dados populacionais municipais, obtidos pela Pirâmide Etária divulgada pelo IBGE (2012), além de demonstrar que se trata de uma comunidade jovem, possibilita a visualização da prevalência da população por faixa etária, especialmente a que compõem o perfil do grupo apto ao ingresso no Ensino Superior, como as pessoas em idade escolar para o ensino médio e as com expectativas de desenvolvimento profissional.</p> <p>A elaboração do IDH tem como objetivo oferecer um contraponto a outro indicador, o</p>	

Produto Interno Bruto (PIB), e parte do pressuposto que para dimensionar o avanço não se deve considerar apenas a dimensão econômica, mas também outras características sociais, culturais e políticas que influenciam a qualidade da vida humana.

Segundo o programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Brasil avançou cerca de 61% e em Rio Branco. O IDH – Renda foi igual a 0,701; IDH – Longevidade igual a 0,817; e IDH – Educação a 0,617.

Desta forma evidencia-se em nosso município uma expansão socioeconômica que necessitará cada vez mais de investimentos em mão de obra especializada. Demanda esta, que corrobora com a missão, objetivos e metas institucionais da IES.

Breve histórico da IES (criação, trajetória, áreas oferecidas)

Em 2009, apostando na credibilidade de mais de 30 anos de ensino do colégio Meta, abria as portas a um novo empreendimento: a Faculdade Meta – FAMETA.

Com a filosofia de entrega integral a seu acadêmico, a FAMETA, enquanto instituição de ensino superior, foi concebida como agente responsável pela formação de profissionais das diferentes áreas do conhecimento, estando comprometida com o desenvolvimento científico e tecnológico, de acordo com as exigências regionais e nacionais, bem como com a formação humanística, crítica científica e cultural dos cidadãos, aptos à convivência harmônica na sociedade e à promoção do bem comum, da paz e da justiça social, a FAMETA é gerida pelo Athenas Grupo Educacional, grupo este que teve na Faculdade de Pimenta Bueno, seu ponto de partida para a expansão por Rondônia, Mato Grosso e Acre, sendo hoje um dos grupos educacionais de grande sucesso, atendendo quase 10 mil alunos matriculados em aproximadamente 64 graduações, somando-se aos novos cursos já autorizados recentemente e uma grande quantidade de pós-graduações.

A partir da concepção de um modelo gerencial moderno e eficiente no âmbito do ensino superior no Brasil, a participação do Athenas Grupo Educacional no crescimento da FAMETA é fundamental, vez que cabe ao Grupo o papel de gerir a instituição, deixando à faculdade ações mais próximas de seus estudantes. Em contrapartida, passou a estar incorporada a uma rede de ensino em

franco crescimento nos estados de Rondônia, Acre e Mato Grosso.

Credenciada pela portaria ministerial no 481, no dia 16 de abril de 2008, a recém-criada instituição realizou seu vestibular inaugural no final do ano seguinte, para os cursos de Administração, Ciências Biológicas, Pedagogia e Sistemas de Informação.

Em 2013 a FAMETA solicitou o reconhecimento de três de seus cursos, sendo que destes, dois deles (Bacharelados em Administração e Sistemas de Informação), já foram avaliados pelo Ministério da Educação alcançando ao Conceito de Qualidade muito bom, demonstrando que os preceitos de qualidade confirmam-se cada vez mais frente aos desafios atuais.

No ano de 2013 o curso de Ciências Contábeis foi autorizado e logo no ano seguinte, (2014) o de Licenciatura em Educação Física.

O curso de Pedagogia recebeu reconhecimento pelo Ministério da Educação no ano de 2016. E para os demais cursos, do ano de 2015 foram solicitados e protocolados os seus reconhecimentos, como parte das regras existentes e definidas pelo Ministério da Educação.

Ainda no ano de 2015 o MEC autorizou os cursos bacharelados em Odontologia, Engenharia Ambiental, Engenheiro Civil, Nutrição, Educação Física. Atualmente no ano de 2016 estão em processo de autorização pelo MEC os cursos Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo e Engenharia de Produção.

Desse modo, visando o contínuo crescimento, a FAMETA em sede própria contando com uma excelente estrutura, equipamentos modernos, biblioteca atualizada e professores qualificados.

A sede deverá ainda abrigar novos cursos que estão sendo pleiteados pela FAMETA, sem é claro perder a qualidade de ensino, marca desta faculdade.

Frente às sucessivas e ligeiras alterações no mercado de trabalho, é cada vez menor o número de profissionais que atuam na área que obteve seu título e cada vez mais, as organizações procuram colaboradores com ótimo ensino formal que possam exercer bem seu papel, independentemente de seu campo de formação. Tal fato faz com que a Faculdade busque sempre a integração de componentes curriculares com o que de fato a sociedade espera.

Visionária, a FAMETA junto ao Athenas Grupo Educacional, no final de 2013, aderiu ao Google Apps for Education, que consiste em uma série de recursos desenvolvidos pelo Google, disponibilizados gratuitamente aos acadêmicos. Essa iniciativa baseia-se na necessidade fundamental da comunicação

dinâmica e ágil entre professores, instituição e colegas. Para que isso ocorra, produtos com a chancela da maior empresa de tecnologia do planeta passaram a ser usados como importantes ferramentas no processo pedagógico da FAMETA.

CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO	
Nome do Curso	Bacharelado em Nutrição
Base legal	Endereço: Estrada Alberto Torres, nº 947 - Bairro da Paz - Rio Branco/Acre
	PORTARIA Nº. - 877, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2015, Pub. 16 de Novembro de 2015.
Número de vagas	100
Conceitos de Curso	3/ 2015
	-
	-
Turno de funcionamento do curso	Noturno
Carga horária	3200 horas
Integralização do curso	Tempo de integralização mínima = 08 semestres
	Tempo de integralização máxima = 12 semestres
Perfil da coordenação do curso	Abelardo da Silva Fernandes
Área de formação acadêmica	Ciências da saúde
Titulação	Especialização
Regime de trabalho	Integral
Tempo de exercício na IES	24 meses
Tempo de exercício na Coordenação do Curso	24 meses

Link para Currículo Lattes

<http://lattes.cnpq.br/7862306089947122>

Breve histórico do curso

A evolução da profissão do nutricionista guarda relação com o processo histórico de desenvolvimento do setor de saúde, acompanhado até os dias atuais as características que o setor impõe como a atuação hoje nos Programas de Saúde da Família (PSF), Núcleo de Apoio a Saúde da Família (NASF), entre outros.

Os primeiros cursos de nutrição surgem no Brasil no início da década de 40, sendo um curso em SP e outro no RJ, criados pelo SAPS (Serviço de Alimentação da Previdência Social), órgão esse na época ligado ao Ministério do Trabalho. Quando em 1957 são reconhecidos em outros Estados como: Universidade do Recife, Universidade da Bahia, assim como o reconhecimento dos cursos como nível superior se deu em 1962 e a profissão regulamentada pela Lei número 5.276/67 e com a Portaria Ministerial número 3.425, do Ministério do Trabalho, enquadrando o nutricionista como profissional liberal autônomo.

Nesta fase o profissional surge mais como “aliviador” do que racionalizador do sistema de tensão social, sobre o modelo de industrialização adotado pelo Brasil na época. Em meados da década de 60 e 70 o setor da saúde é influenciado pelo modelo de Medicina Preventiva e Comunitária, onde o enfoque é na população e em equipes interprofissionais.

Ypiranga, no documento “O Nutricionista no Brasil: Contribuição para Análise e Projeção da Formação do Nutricionista - Dietista na América Latina”, apresentado na IV Reunião da CEPANDAL, em San Juan (Porto Rico), comenta que “o dietista surgiu como uma vontade governamental, num momento de busca da legitimação social de um governo, constituindo-se através da administração, em restaurantes públicos, da alimentação para o trabalhador, num instrumento mais de alívio de tensões sociais”. Confere ainda, por iniciativa do médico Josué de Castro, a criação do Instituto de Nutrição da Universidade do Brasil.

Em 31 de agosto de 1949, foi fundada a Associação Brasileira de Nutricionistas – ABN, hoje ASBRAN – Associação Brasileira de Nutrição. Razão por que o Dia Nacional do Nutricionista é comemorado em 31 de agosto.

Até 1968, existiam seis cursos de Nutrição. O sétimo surgiu no Rio de Janeiro em 1968, na

Universidade Federal Fluminense – UFF em 29/5/1968.

Os primeiros cursos de Nutrição surgiram na Região Sudeste, sendo um em São Paulo e três no Rio de Janeiro. É quando, na década de 50, surgem os primeiros cursos na Região Nordeste, um na Bahia e um em Pernambuco.

Até 1964 os Cursos de Nutrição tinham a duração de um ano, em tempo integral. Só a partir de 1964, através da Portaria nº 514/64 do Ministério da Educação (MEC), que fixou o primeiro currículo mínimo de matérias e determinou a duração mínima de três anos para todos os cursos do País, através do Parecer Conselho Federal de Educação (CFE) nº 265/62.

O Curso de Nutrição foi reconhecido como de nível superior pelo Conselho Federal de Educação – CFE, pelo Parecer nº 265 DOU de 5/11/62, Documenta nº 10 (Processo nº 42.620/54). Em 1967, foi sancionada a Lei nº 5.276/67 regulamentando a profissão de Nutricionista.

Em 1968, o Nutricionista foi enquadrado como profissional liberal – Portaria Ministerial nº 3.424 (MTCI) de 23/9/1968 (DOU 15/10/1968).

É a partir da década de 70 que tem início a expansão dos cursos em quase todas as regiões do País. O aumento na década de 70 foi devido ao explosivo aumento de vagas no ensino superior no País, a partir da Reforma Universitária instituída pela Lei nº 5.540 de 1968. Coincide, então com a criação do Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição – INAN em 1972, onde uma de suas linhas de ação estava o incentivo à formação de recursos humanos para o desenvolvimento dos programas e projetos, promovendo e apoiando a formação de cursos de Nutrição no País.

O segundo currículo mínimo dos cursos de Nutrição foi aprovado pela Resolução nº 36/74 CFE – que estabelece o novo currículo mínimo para os cursos de Nutricionistas, baseada nas recomendações e conclusões da I e II Conferências sobre Treinamento de Nutricionistas na América Latina – CEPANDAL.

Destacamos os eventos ligados à formação do Nutricionista no Brasil e na América Latina:

I Conferência sobre Adestramento de Nutricionistas - Dietistas de Saúde Pública, ocorrido em 1966, em Caracas, Venezuela.

II Conferência de Nutricionistas - Dietistas em Saúde Pública, ocorrido em São Paulo, Brasil, em 1973.

Em 1978, foram criados os Conselhos Federal e Regionais de Nutricionistas – Lei nº 6.583/78

de 20/10/1978, regulamentada pelo Decreto nº 84.444 de 30/1/1980.

Em 1979, o Ministério da Saúde inclui os Nutricionistas na categoria funcional de Sanitaristas do grupo de Saúde Pública – Decreto nº 83.928/1979.

Em 1991, é aprovada a Lei nº 8.234/91 de 17/9/1991 (DOU de 19/9/1991), que regulamenta o exercício profissional do Nutricionista e dá outras providências, ficando revogada a Lei nº 5.276/67. Em 1997, estando em vigor a nova LDB, surgiram novos cursos.

PLANEJANDO PARA EXECUTAR

CONTEXTO EDUCACIONAL

CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO

Área	IDHM 2010	Faixa do IDHM	População (Censo 2010)	Densidade demográfica	Ano de instalação	Microrregião	Mesorregião
8821,88 km ²	0,727	Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799)	336.038	38,06 hab/Km ²	1904	Rio Branco	Vale do Acre

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO

Descrição e evolução

Entre 2000 e 2010

O IDHM passou de 0,591 em 2000 para 0,727 em 2010 - uma taxa de crescimento de 23,01%. O hiato de desenvolvimento humano, ou seja, a distância entre o IDHM do município e o limite máximo do índice, que é 1, foi reduzido em 66,75% entre 2000 e 2010. Nesse período, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,238), seguida por Longevidade e por Renda.

Entre 1991 e 2000

O IDHM passou de 0,485 em 1991 para 0,591 em 2000 - uma taxa de crescimento de 21,86%. O hiato de desenvolvimento humano foi reduzido em 79,42% entre 1991 e 2000. Nesse período, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,164), seguida por Longevidade e por Renda.

Entre 1991 e 2010

De 1991 a 2010, o IDHM do município passou de 0,485, em 1991, para 0,727, em 2010, enquanto o IDHM da Unidade Federativa (UF) passou de

0,493 para 0,727. Isso implica em uma taxa de crescimento de 49,90% para o município e 47% para a UF; e em uma taxa de redução do hiato de desenvolvimento humano de 53,01% para o município e 53,85% para a UF. No município, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,402), seguida por Longevidade e por Renda. Na UF, por sua vez, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,358), seguida por Longevidade e por Renda.

Componentes	1991	2001	2010
IDHM Educação	0,259	0,423	0,661
% de 18 anos ou mais com ensino fundamental completo	34,42	60,41	85,20
% de 5 a 6 anos frequentando a escola	33,25	60,41	85,20
% de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental	32,33	56,17	84,36
% de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo	16,52	33,84	64,23
% de 18 a 20 anos com ensino médio completo	7,91	18,52	42,34
IDHM Longevidade	0,684	0,724	0,798
Esperança de vida ao nascer (em anos)	66,02	68,43	72,85
IDHM Renda	0,643	0,673	0,729
Renda per capita (em R\$)	437,12	527,43	744,67

POPULAÇÃO

População	População (1991)	% do Total (1991)	População (2000)	% do Total (2000)	População (2010)	% do Total (2010)
População total	184.771	100,00	253.491	100,00	336.038	100,00
Homens	90.878	49,18	123.330	48,65	163.592	48,68
Mulheres	93.892	50,82	130.162	51,35	172.446	51,32
Urbana	167.882	90,86	226.298	89,27	308.545	91,82
Rural	16.889	9,14	27.193	10,73	27.493	8,18

ESTRUTURA ETÁRIA

Descrição e evolução	<p>Entre 2000 e 2010, a razão de dependência no município passou de 63,02% para 50,40% e a taxa de envelhecimento, de 3,77% para 4,31%. Em 1991, esses dois indicadores eram, respectivamente, 76,04% e 3,37%. Já na UF, a razão de dependência passou de 65,43% em 1991, para 54,88% em 2000 e 45,87% em 2010; enquanto a taxa de envelhecimento passou de 4,83%, para 5,83% e para 7,36%, respectivamente.</p>
-----------------------------	--

População	População (1991)	% do Total (1991)	População (2000)	% do Total (2000)	População (2010)	% do Total (2010)
Menos de 15 anos	73.583	39,82	88.444	34,89	98.123	29,20
15 a 64 anos	104.959	56,80	155.495	61,34	223.435	66,49
65 anos ou mais	6.229	3,37	9.552	3,77	14.480	4,31
Razão de dependência	76,04	-	63,02	-	50,40	-
Índice de envelhecimento	3,37	-	3,77	-	4,31	-

LONGEVIDADE, MORTALIDADE E FECUNDIDADE

Descrição e evolução	<p>A mortalidade infantil (mortalidade de crianças com menos de um ano de idade) no município passou de 25,5 óbitos por mil nascidos vivos, em 2000, para 20,0 óbitos por mil nascidos vivos, em 2010. Em 1991, a taxa era de 33,2. Já na UF, a taxa era de 23,0, em 2010, de 30,4, em 2000 e 41,9, em 1991. Entre 2000 e 2010, a taxa de mortalidade infantil no país caiu de 30,6 óbitos por mil nascidos vivos para 16,7 óbitos por mil nascidos vivos. Em 1991, essa taxa era de 44,7 óbitos por mil nascidos vivos.</p> <p>Com a taxa observada em 2010, o Brasil cumpre uma das metas dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas, segundo a qual a mortalidade infantil no país deve estar abaixo de 17,9 óbitos por mil em 2015.</p>		
Componentes	1991	2001	2010

Esperança de vida ao nascer (em anos)	66,0	68,4	72,9
Mortalidade até 1 ano de idade (por mil nascidos vivos)	33,2	25,5	20,0
Mortalidade até 5 anos de idade (por mil nascidos vivos)	40,3	28,3	21,4
Taxa de fecundidade total (filhos por mulher)	3,9	2,4	2,1

A esperança de vida ao nascer é o indicador utilizado para compor a dimensão Longevidade do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). No município, a esperança de vida ao nascer cresceu 4,4 anos na última década, passando de 68,4 anos, em 2000, para 72,9 anos, em 2010. Em 1991, era de 66,0 anos. No Brasil, a esperança de vida ao nascer é de 73,9 anos, em 2010, de 68,6 anos, em 2000, e de 64,7 anos em 1991.

EDUCAÇÃO

Crianças e jovens

Proporções de crianças e jovens frequentando ou tendo completado determinados ciclos indica a situação da educação entre a população em idade escolar do estado e compõe o IDHM Educação. No município, a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola é de 85,20%, em 2010. No mesmo ano, a proporção de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental é de 84,36%; a proporção de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo é de 64,23%; e a proporção de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo é de 42,34%. Entre 1991 e 2010, essas proporções aumentaram, respectivamente, em 51,95 pontos percentuais, 52,03 pontos percentuais, 47,71 pontos percentuais e 34,43 pontos percentuais.

Em 2010, 87,80% da população de 6 a 17 anos do município estavam cursando o ensino básico regular com até dois anos de defasagem idade-série. Em 2000 eram 75,44% e, em 1991, 67,68%.

Dos jovens adultos de 18 a 24 anos, 15,18% estavam cursando o ensino superior em 2010. Em 2000 eram 4,85% e, em 1991, 3,36%.

População adulta

Também compõe o IDHM Educação um indicador de escolaridade da população adulta, o percentual da população de 18 anos ou mais com o ensino fundamental completo. Esse indicador carrega uma grande inércia, em função do peso das gerações mais antigas, de menor escolaridade. Entre 2000 e 2010, esse percentual passou de 42,54% para 60,69%, no município, e de 39,76% para 54,92%, na UF. Em 1991, os percentuais eram de 34,42% ,no município, e 30,09%, na UF. Em 2010, considerando-se a população municipal de 25 anos ou mais de idade, 11,76% eram analfabetos, 56,25% tinham o ensino fundamental completo, 41,33% possuíam o ensino médio completo e 12,93%, o superior completo. No Brasil, esses percentuais são, respectivamente, 11,82%, 50,75%, 35,83% e 11,27%.

Expectativa de estudos

O indicador Expectativa de Anos de Estudo também sintetiza a frequência escolar da população em idade escolar. Mais precisamente, indica o número de anos de estudo que uma criança que inicia a vida escolar no ano de referência deverá completar ao atingir a idade de 18 anos. Entre 2000 e 2010, ela passou de 8,71 anos para 9,72 anos, no município, enquanto na UF passou de 6,77 anos para 8,69 anos. Em 1991, a expectativa de anos de estudo era de 7,93 anos, no município, e de 6,56 anos, na UF.

RENDA, POBREZA E DESIGUALDADE

Descrição e evolução

A renda per capita média de Rio Branco cresceu 70,36% nas últimas duas décadas, passando de R\$ 437,12, em 1991, para R\$ 527,43, em 2000, e para R\$ 744,67, em 2010. Isso equivale a uma taxa média anual de crescimento nesse período de 2,84%. A taxa média anual de crescimento foi de 2,11%, entre 1991 e 2000, e 3,51%, entre 2000 e 2010. A proporção de pessoas pobres, ou seja, com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 140,00 (a preços de agosto de 2010), passou de 32,78%, em 1991, para 27,27%, em 2000, e para 14,38%, em 2010. A evolução da desigualdade de renda nesses dois períodos pode ser descrita através do Índice de Gini, que passou de 0,60, em 1991, para 0,61, em 2000, e para 0,59, em 2010.

Componentes	1991	2001	2010
Renda per capita (em R\$)	437,12	527,43	744,67

% de extremamente pobres	13,01	10,59	4,85
% de pobres	32,78	27,27	14,38
Índice de Gini	0,60	0,61	0,59

TRABALHO

Descrição e evolução	Entre 2000 e 2010, a taxa de atividade da população de 18 anos ou mais (ou seja, o percentual dessa população que era economicamente ativa) passou de 67,95% em 2000 para 68,26% em 2010. Ao mesmo tempo, sua taxa de desocupação (ou seja, o percentual da população economicamente ativa que estava desocupada) passou de 13,48% em 2000 para 8,77% em 2010.		
Taxa de atividade e desocupação	2000	2010	
Taxa de atividade	67,95	68,26	
Taxa de desocupação	13,48	8,77	
Grau de formalização dos ocupados - 18 anos ou mais	53,38	59,16	
Nível educacional dos ocupados			
% dos ocupados com fundamental completo	49,17	66,47	
% dos ocupados com médio completo	31,29	49,47	
Rendimento médio			
% dos ocupados com rendimento de até 1 s.m.	42,18	14,80	
% dos ocupados com rendimento de até 2 s.m.	72,48	66,65	

Percentual dos ocupados com rendimento de até 5 salários mínimo

90,65

89,03

Em 2010, das pessoas ocupadas na faixa etária de 18 anos ou mais do município, 5,13% trabalhavam no setor agropecuário, 0,09% na indústria extrativa, 4,47% na indústria de transformação, 9,21% no setor de construção, 1,08% nos setores de utilidade pública, 17,15% no comércio e 55,38% no setor de serviços.

VULNERABILIDADE SOCIAL

Crianças e Jovens	1991	2001	2010
Mortalidade infantil	33,21	25,45	20,03
% de crianças de 0 a 5 anos fora da escola	-	84,90	69,00
% de crianças de 6 a 14 fora da escola	24,35	10,12	4,92
% de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam, não trabalham e são vulneráveis, na população dessa faixa	-	16,99	12,36
% de mulheres de 10 a 17 anos que tiveram filhos	4,07	5,83	4,13
Taxa de atividade - 10 a 14 anos	-	6,68	6,30
Família			
% de mães chefes de família sem fundamental e com filho menor, no total de mães chefes de família	23,44	25,27	23,31
% de vulneráveis e dependentes de idosos	3,16	2,48	1,64
% de crianças extremamente pobres	18,32	15,63	7,45

Trabalho e Renda			
% de vulneráveis à pobreza	58,05	50,89	35,25
% de pessoas de 18 anos ou mais sem fundamental completo e em ocupação informal	-	46,09	30,15
Condição de Moradia			
% da população em domicílios com banheiro e água encanada	40,67	47,25	62,10

Todos esses índices retratam um município em pleno desenvolvimento e com redução em todos os índices que configuram a vulnerabilidade social, com isso a população passa a ter novas necessidades e interesses, buscam se aprimorar/aperfeiçoar ou até mesmo se empenhar em uma graduação, com intuito de desenvolver sua vida financeira e profissional.

O setor da educação foi apontado na pesquisa do IPEA como grande alicerce do desenvolvimento, prerrogativa para atuamos de maneira ímpar na formação de pessoas que atendem as necessidades laborais do mercado, promovendo o desenvolvimento socioeconômico e educacional do município, e na concepção da IES, o Nutricionista, dentro de um cenário social, deve ser formado para atuar, com postura ética, criativa, dinâmica e flexível, bem como lidar com as adversidades, vencendo desafios e tomando decisões que favoreçam a organização em que nossos egressos irão atuar.

Desse modo, partindo da análise prévia das características do município, acredita-se que o curso de Nutrição por proporcionar uma formação generalista, humanista, crítica e reflexiva, para atuar em níveis de atenção à saúde e bem estar voltados com base no rigor científico e intelectual, capacitado ao exercício de atividades referente à promoção, manutenção e recuperação da saúde e prevenção de doenças associadas à problemas alimentares e nutricionais, assim como no desenvolvimento de pesquisas na área da nutrição, como também agentes de transformação no processo de desenvolvimento humano e sócio-político, gera para a IES uma oportunidade de contribuir para o desenvolvimento da Saúde e o crescimento neste campo de trabalho específico, valorizando a região a qual o profissional está inserido, proporcionando a diversidade de escolha para esses munícipes que vivenciam um complexo processo de globalização e desenvolvimento intelectual.

POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO

POLÍTICAS DE ENSINO

Considerando as políticas institucionais de ensino, no âmbito do curso elas desenvolvem-se da seguinte maneira:

Constante atualização que relevem a necessidade social regional, em consonância com o mercado de trabalho.

Frente às sucessivas e ligeiras alterações no mercado de trabalho, é cada vez menor o número de profissionais que atuam na área que obteve seu título e cada vez mais, as organizações procuram colaboradores com ótimo ensino formal que possam exercer bem seu papel, independentemente de seu campo de formação. Tal fato faz com que a Faculdade busque sempre a integração de componentes curriculares com o que de fato a sociedade espera.

Contratação de um corpo diretivo, docente e técnico-administrativo condizente com as reais necessidades de um bom funcionamento da IES.

A IES assegura a constituição do corpo docente do curso, no mínimo e/ou superior ao esperado pelos instrumentos de avaliação do Ministério da Educação. Quanto ao corpo técnico-administrativo é assegurada a contratação dos mesmos para a operacionalização do curso.

Investimento na formação e capacitação do corpo docente e do corpo técnico-administrativo.

Uma constante preocupação da IES é a capacitação do corpo docente e técnico-administrativo. Para tanto, cursos na modalidade à distância são oferecidos frequentemente pelo Athenas Virtual.

Criação de mecanismos institucionais de atenção aos discentes e Implantação de um Programa de Acompanhamento de Egressos.

Programas Institucionais de apoio ao estudante são oferecidos pela IES. Dentre eles citamos:

- Programa de Bolsas e Financiamento de Estudos;
- Programa de Nivelamento;
- Programa de Monitoria;
- Programa de Atendimento Psicopedagógico;
- Programa de Apoio às Pessoas com Necessidades Especiais;
- Programa de Retenção Discente e Apoio ao Egresso; e
- [Projeto Capacitação Docente.](#)

POLÍTICAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

As mudanças no mundo contemporâneo conferem às Instituições de Ensino Superior (IES) um papel estratégico no desenvolvimento das sociedades. Nós, diante dessa realidade, em consonância com sua missão e considerando as diretrizes nacionais dos cursos de graduação, propomos discutir uma política de extensão, articulada com o ensino e a iniciação científica, em busca da construção de um projeto societário que permita, de forma efetiva, concretizar uma pauta de inclusão social, a formação cidadã e humanista, na perspectiva de desenvolvimento integral do ser humano.

[Acesse o Regulamento do Programa de Iniciação Científica](#)

POLÍTICAS DE EXTENSÃO

A Extensão é o processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a iniciação científica de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre ensino superior e sociedade. A Extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração das práxis de um conhecimento acadêmico. A extensão da IES tem como políticas:

- Propiciar a troca de saberes sistematizados entre os conhecimentos acadêmicos e

empíricos;

- Trabalhar a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da IES na comunidade;
- Instrumentalizar o processo dialético da relação teoria-prática;
- Favorecer um trabalho interdisciplinar que beneficia a visão integrada do social;
- Identificar e atender as demandas sociais articuladas com as políticas e prioridades institucionais; e,
- Estimular o desenvolvimento de projetos e atividades de prestação de serviços à comunidade e de interesse institucional.
- Constituir atividades de extensão e ação social os serviços prestados por funcionários, docentes ou discentes (desde que supervisionados por docentes) desta Faculdade à comunidade externa ou interna.

[Acesse o Regulamento do Núcleo de Extensão.](#)

POLÍTICAS DE GESTÃO

São observadas as seguintes políticas de gestão na IES:

- Permanente integração entre unidade mantida e entidade mantenedora;
- Gestão orçamentária integrada com revisões periódicas;
- Autonomia na gestão de pessoas;
- Otimização da utilização de laboratórios e recursos multimídias entre diferentes cursos;
- Promoção do aperfeiçoamento contínuo do corpo docente e técnico administrativo;
- Busca de parcerias com instituições públicas e privadas visando assegurar a Missão Institucional;
- Avaliação sistemática das práticas docentes com foco na melhoria da qualidade de ensino e da aprendizagem;
- Valorização dos profissionais da Instituição, estabelecendo um plano de carreira que estimule a qualificação e o desempenho;

- Estimular a prática dos valores institucionais por meio de treinamentos constantes;
- Contribuir para a sustentabilidade financeira da entidade mantenedora.

POLÍTICAS INSTITUCIONAIS PARA A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E PARA O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA, AFRICANA E INDÍGENA

A implementação da Política Educacional das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e indígena traz seu fundamento na Lei 10.639/03, alterada pela Lei 11.645/08, na Resolução CNE/CP 01/2004 e no Parecer CNE/CP 3/2004, sendo que o último define em seu Art. 7º que: “As instituições de ensino superior, respeitada a autonomia que lhe é devida, incluirão nos conteúdos de disciplinas e atividades curriculares dos diferentes cursos que ministram, a Educação das Relações Étnico-Raciais, bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes [...]”.

A atribuição dessa responsabilidade conferida em Lei subsidia e norteia a formulação e implementação dessa política na IES, sedimentando-a na sociedade como uma instituição que não só é uma cumpridora da lei, mas que avança nas questões sociais e históricas estigmatizantes, acreditando na justiça social e assumindo questionamentos que devem ser feitos para estabelecer a concatenação sobretudo no diz respeito aos conceitos criados sobre a questão étnico-racial no Brasil.

E a partir das diversas reflexões surge a necessidade de políticas específicas para a população negra e indígena brasileira perpassando a esfera de discussões estruturais no campo das desigualdades, sejam elas sociais, econômicas, educacionais, culturais, ou quanto à saúde pública, lazer, entre outros.¹

Estas políticas são chamadas de afirmativas e correspondem a um conjunto de ações e orientações do governo com objetivo de proteger as minorias e grupos que tenham sido discriminados no passado. Em outras palavras, as organizações devem agir de forma positiva, afirmativa e

¹ Castro, CGCS et al. O Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana no Paraná: Legislação, Políticas afirmativas e formação docente. www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/1001_958.pdf.

agressivamente para remover todas as barreiras mesmo que informais ou sutis de diferenças e discriminação garantindo a efetividade do princípio de igualdade de oportunidade.²

Partindo dessa análise, definimos a inserção dessa temática no ementário do curso, por meio das componentes curriculares de **Ética profissional; Sociologia; Diversidade Étnico Raciais e Direitos Humanos (Optativa); Antropologia (Optativa); Saúde das Populações Tradicionais da Amazônia Legal; Psicologia; Saúde Pública I.**

As atividades de extensão do curso também contempla a temática, e são realizadas no âmbito do curso.

POLÍTICAS INSTITUCIONAIS PARA A EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A Política Nacional de Educação Ambiental - PNEA (Lei nº 9.795/99) é caracterizada pela coordenação conjunta entre o Ministério do Meio Ambiente e Ministério da Educação. Segundo o Documentos de Referência - ProNEA suas ações destinam-se a assegurar, no âmbito educativo, a integração equilibrada das múltiplas dimensões da sustentabilidade - ambiental, social, ética, cultural, econômica, espacial e política - ao desenvolvimento do País, resultando em melhor qualidade de vida para toda a população brasileira, por intermédio do envolvimento e participação social na proteção e conservação ambiental e da manutenção dessas condições a longo prazo.

Esse conjunto de iniciativas do governo e de toda sociedade configura a conjuntura de garantias de efetivação dos direitos de terceira geração da Constituição Federal de 1988, que em seu Art. 225, § 1º, inciso VI, assegura o direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, atribuindo ao Estado o dever de “promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente”.³

E diante dessa garantia constitucional definimos como forma de inserção de temáticas

² Brasil. Ação afirmativa na universidade do estado da Bahia: razões e desafios de uma experiência pioneira. in.: SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves; valter roberto (org.). Educação e Ação Afirmativa: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica. Brasília: INEP, 2003.

³ _____. Programa Nacional de Educação Ambiental. Educação Ambiental - Por um Brasil Sustentável. Documentos de Referência para o Fortalecimento da Política e do Programa Nacional de Educação Ambiental ProNEA: 4º. Edição, Brasília, 2014.

relacionadas com a Educação Ambiental, no ementário do curso, por meio dos componentes curriculares de **Sociologia; Antropologia (Optativa); Saúde Pública I; Qualidade de Vida, Saúde e Meio Ambiente (Optativa); Saúde das Populações Tradicionais da Amazônia Legal; Saúde Pública I.**

Atividades de extensão relacionadas a esta temática, também são realizadas no âmbito do curso.

POLÍTICAS INSTITUCIONAIS PARA OS DIREITOS HUMANOS

A Declaração Universal dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU), de 1948, desencadeou um processo de mudança no comportamento social, estimulando o desenvolvimento de um campo interativo de proteção e garantia de direitos, sensibilizando a consciência social, inspirando-as em valores humanistas e embasadas nos princípios da liberdade, da igualdade, da equidade e da diversidade.⁴

É próprio do ambiente da IES o fomento de discussões e a formação de profissionais pensantes, criativos, competitivos e empreendedores, com ideias que possam contribuir para o desenvolvimento da sociedade, nesse sentido a implementação da Educação em Direitos Humanos visa, sobretudo, difundir a cultura de direitos humanos nos discentes, disseminando valores solidários, cooperativos e de justiça social, uma vez que o processo de democratização requer o fortalecimento da sociedade civil, a fim de que seja capaz de identificar anseios e demandas, transformando-as em conquistas que só serão efetivadas, de fato, na medida em que forem incorporadas na realidade de cada indivíduo, daí então, passa a irradiar seus efeitos para o Estado brasileiro que responderá com políticas públicas universais, muitas delas já se encontram previstas na Constituição Federal de 1988.⁵

Para Perpetuar este campo interacional de mudanças e atendendo ao Parecer CNE/CP 8/2012, a IES definiu como forma de inserção dessa temática, no ementário do curso, por meio dos componentes curriculares de **Sociologia; Ética profissional; Diversidade Étnico Raciais e Direitos**

⁴ _____.Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos / Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. – Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2007.

Humanos; Qualidade de Vida, Saúde e Meio Ambiente; Saúde das Populações Tradicionais da Amazônia Legal; Psicologia; Saúde Pública I.

Atividades de extensão relacionadas a esta temática, também são realizadas no âmbito do curso.

POLÍTICAS DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO E PROMOÇÃO DOS DIREITOS DE LÉSBICAS, GAYS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS – CNCD/LGBT

Com base no Programa "Brasil sem Homofobia - Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra LGBT e de Promoção da Cidadania Homossexual" (2004), do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e dos Direitos Humanos de LGBT (2009), do Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH3 (2009) e do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (2012), ampliou-se a possibilidade de refletir sobre o enfrentamento à violência e discriminação sofrida por esse grupo específico, oportunizando propostas para implementação no âmbito da IES estratégias de combate, articulando todo o ambiente acadêmico e em conjunto com o processo ensino-aprendizagem, integrando-os da melhor forma no meio social acadêmico, se utilizando do apoio pedagógico, da reflexão social e da consciência cidadã como ferramenta além de outros mecanismos disponíveis na instituição.

Uma ação imprescindivelmente importante a ser garantida é o reconhecimento e adoção do nome social àqueles e àquelas cuja identificação civil não reflita adequadamente sua identidade de gênero, mediante solicitação do próprio interessado.

A construção institucional da política LGBT será discutida como um todo, mas alguns temas como modelos de ação para o enfrentamento da discriminação e da violência serão tratados com atenção especial durante as discussões. Ficando garantido àqueles que o solicitarem, o direito ao tratamento oral exclusivamente pelo nome social, em qualquer circunstância, não cabendo qualquer tipo de objeção de consciência.

O campo "nome social" está inserido nos formulários e sistemas de informação utilizados nos procedimentos de seleção, inscrição, matrícula, registro de frequência, avaliação e similares, bem como garantimos instrumentos internos de identificação, uso exclusivo do nome social, mantendo

registro administrativo que faça a vinculação entre o nome social e a identificação civil.

Quanto a utilização do nome civil, que é obrigatório para a emissão de documentos oficiais, garantimos concomitantemente, com igual ou maior destaque, a referência ao nome social.

O uso de banheiros, vestiários e demais espaços segregados por gênero, quando houver, constitui-se garantido de acordo com a identidade de gênero de cada sujeito. Caso haja distinções quanto ao uso de uniformes e demais elementos de indumentária, garantimos o uso de vestimentas conforme a identidade de gênero de cada sujeito;

A garantia do reconhecimento da identidade de gênero é estendida também a estudantes adolescentes, sem que seja obrigatória autorização do responsável.

Por fim, observe-se que todas as políticas citadas acima, descritas no PDI e implantadas na IES, serão prontamente absorvidas e implementadas pelo curso buscando:

- Avaliar as ações, projetos propostos e desenvolvidos pelo curso;
- Observar a participação efetiva de professores e alunos nas ações e projetos desenvolvidos; e
- Avaliar o impacto das políticas institucionais na construção e desenvolvimento do PPC.

OBJETIVOS DO CURSO

A responsabilidade em oferecer um curso com qualidade, perpassa os fundamentos e as definições do Perfil e das Competências e Habilidades a serem desenvolvidas pelo Aluno Egresso.

Destacando que esta é uma ordem lógica de definição que segue as tendências das Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Bacharelado em Nutrição visa formar profissionais capazes de atuarem na educação e na promoção, proteção, manutenção e recuperação da saúde e prevenção de doenças de indivíduos ou grupos populacionais, de forma competente, humanista, ética e inovadora.

Para isso definimos os objetivo geral e específicos do curso:

OBJETIVOS GERAIS

- Formar profissionais aptos a desenvolverem atividades primando pela segurança alimentar e a dietoterapia em todas as ramificações da nutrição, com autonomia científica para produção intelectual, criatividade na atuação profissional e senso crítico para avaliar os contextos sociais e laborais nos quais tenha que intervir nos processos que garantam o bem estar individual e coletivo, sempre embasados nas resoluções e conduta ética da profissão nos variados ambientes de atuação públicos e privados.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Atender as Diretrizes Curriculares Nacionais homologadas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e a Câmara de Educação Superior (CES), além das normativas do Conselho Profissional.
- Proporcionar a formação integral de profissionais que atendam os diferentes perfis de

desempenho requeridos pelas organizações, para atuarem no mercado de trabalho e no meio social de forma diferenciada.

- Possibilitar a compreensão do indivíduo de forma integral em todas as dimensões de sua humanidade.
- Possibilitar a apropriação de conhecimentos biológicos, humanos e sociais, biotecnológicos e nutricionais que fundamentam a promoção, proteção, prevenção e recuperação através da Nutrição.
- Desenvolver visão contextualizada e humanista quanto à posição do profissional Nutricionista e a sua posição de elemento integrante e indispensável na equipe de saúde;
- Estimular o autodesenvolvimento através do ensino, da ciência, da extensão e da educação continuada com visão globalizada que forneçam subsídios para as transformações necessárias à realidade da comunidade.
- Fortalecer a inserção da Nutrição no processo histórico-cultural da Atenção à Saúde pela Educação para a Saúde no estado de Rondônia.
- Fornecer subsídios para compreender as Políticas de Saúde e as Normas sanitárias gerais da Região onde exercer a profissão.
- Fortalecer no Ensino de Graduação em Nutrição a perspectiva de iniciação científica, enquanto um processo contínuo e permanente, subsidiando a formação do cidadão.
- Formação com enfoque nas necessidades sociais da saúde, com ênfase no Sistema Único de Saúde (SUS).

Para tanto, no decorrer do curso os alunos irão desenvolver os perfis, competências e habilidades que proporcionarão ao futuro profissional, capacidade de atuar em condições de complexidade e competitividade, características dos ambientes em transformação, gerando resultados positivos para as organizações e promovendo o desenvolvimento da sociedade.

PERFIL DO EGRESSO

PERFIL DO EGRESSO

Descrevemos como o **Perfil Profissional do Egresso** do curso e adequando-se à Diretriz Curricular Nacional se caracteriza em formar:

- Nutricionista, com formação generalista, humanista e crítica, capacitado a atuar, visando à segurança alimentar e à atenção dietética, em todas as áreas do conhecimento em que alimentação e nutrição se apresentem fundamentais para a promoção, manutenção e recuperação da saúde e para a prevenção de doenças de indivíduos ou grupos populacionais, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida, pautado em princípios éticos, com reflexão sobre a realidade econômica, política, social e cultural;

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

Descrevemos ainda as **Competências e Habilidades Gerais** do curso e adequando-se à Diretriz Curricular Nacional:

- **Atenção à saúde:** os profissionais de saúde, dentro de seu âmbito profissional, devem estar aptos a desenvolver ações de prevenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde, tanto em nível individual quanto coletivo. Cada profissional deve assegurar que sua prática seja realizada de forma integrada e contínua com as demais instâncias do sistema de saúde, sendo capaz de pensar criticamente, de analisar os problemas da sociedade e de procurar soluções para os mesmos. Os profissionais devem realizar seus serviços dentro dos mais altos padrões de qualidade e dos princípios da ética/bioética, tendo em conta que a responsabilidade da atenção à saúde não se encerra com o ato técnico, mas sim, com a resolução do problema de saúde, tanto em nível individual como coletivo;

- **Tomada de decisões:** o trabalho dos profissionais de saúde deve estar fundamentado na capacidade de tomar decisões visando o uso apropriado, eficácia e custo-efetividade, da força de trabalho, de medicamentos, de equipamentos, de procedimentos e de práticas. Para este fim, os mesmos devem possuir competências e habilidades para avaliar, sistematizar e decidir as condutas mais adequadas, baseadas em evidências científicas;
- **Comunicação:** os profissionais de saúde devem ser acessíveis e devem manter a confidencialidade das informações a eles confiadas, na interação com outros profissionais de saúde e o público em geral. A comunicação envolve comunicação verbal, não-verbal e habilidades de escrita e leitura; o domínio de, pelo menos, uma língua estrangeira e de tecnologias de comunicação e informação;
- **Liderança:** no trabalho em equipe multiprofissional, os profissionais de saúde deverão estar aptos a assumirem posições de liderança, sempre tendo em vista o bem estar da comunidade. A liderança envolve compromisso, responsabilidade, empatia, habilidade para tomada de decisões, comunicação e gerenciamento de forma efetiva e eficaz;
- **Administração e gerenciamento:** os profissionais devem estar aptos a tomar iniciativas, fazer o gerenciamento e administração tanto da força de trabalho, dos recursos físicos e materiais e de informação, da mesma forma que devem estar aptos a serem empreendedores, gestores, empregadores ou lideranças na equipe de saúde; e
- **Educação permanente:** os profissionais devem ser capazes de aprender continuamente, tanto na sua formação, quanto na sua prática. Desta forma, os profissionais de saúde devem aprender a aprender e ter responsabilidade e compromisso com a sua educação e o treinamento/estágios das futuras gerações de profissionais, mas proporcionando condições para que haja benefício mútuo entre os futuros profissionais e os profissionais dos serviços, inclusive, estimulando e desenvolvendo a mobilidade acadêmico/profissional, a formação e a cooperação através de redes nacionais e internacionais.

Descrevemos ainda as **Competências e Habilidades Específicas** do curso e adequando-se à Diretriz Curricular Nacional:

- Aplicar conhecimentos sobre a composição, propriedades e transformações dos

- alimentos e seu aproveitamento pelo organismo humano, na atenção dietética;
- Contribuir para promover, manter e ou recuperar o estado nutricional de indivíduos e grupos populacionais;
 - Desenvolver e aplicar métodos e técnicas de ensino em sua área de atuação;
 - Atuar em políticas e programas de educação, segurança e vigilância nutricional, alimentar e sanitária, visando a promoção da saúde em âmbito local, regional e nacional;
 - Atuar na formulação e execução de programas de educação nutricional; de vigilância nutricional, alimentar e sanitária;
 - Atuar em equipes multiprofissionais de saúde e de terapia nutricional;
 - Avaliar, diagnosticar e acompanhar o estado nutricional; planejar, prescrever, analisar, supervisionar e avaliar dietas e suplementos dietéticos para indivíduos sadios e enfermos;
 - Planejar, gerenciar e avaliar unidades de alimentação e nutrição, visando a manutenção e/ou melhoria das condições de saúde de coletividades sadias e enfermas;
 - Realizar diagnósticos e intervenções na área de alimentação e nutrição, considerando a influência sócio-cultural e econômica que determina a disponibilidade, consumo e utilização biológica dos alimentos pelo indivíduo e pela população;
 - Atuar em equipes multiprofissionais destinadas a planejar, coordenar, supervisionar, implementar, executar e avaliar atividades na área de alimentação e nutrição e de saúde;
 - Reconhecer a saúde como direito e atuar de forma a garantir a integralidade da assistência, entendida como conjunto articulado e contínuo das ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso em todos os níveis de complexidade do sistema;
 - Desenvolver atividades de auditoria, assessoria, consultoria na área de alimentação e nutrição;
 - Atuar em marketing de alimentação e nutrição;
 - Exercer controle de qualidade dos alimentos em sua área de competência;
 - Desenvolver e avaliar novas fórmulas ou produtos alimentares, visando sua utilização na alimentação humana;

- Integrar grupos de pesquisa na área de alimentação e nutrição; e
- Investigar e aplicar conhecimentos com visão holística do ser humano, integrando equipes multiprofissionais.

De acordo ainda com a Política de Acompanhamento de Egressos, descrita em seu PDI, estão previstos mecanismos de acompanhamento dos egressos na sua atuação profissional.

CONTEÚDOS CURRICULARES

Conforme a estrutura curricular acima, cada unidade curricular está associada a um conteúdo curricular.

Descrevem-se como Conteúdos Curriculares do curso adequando-se à DCN do curso e a formação do estudante:

- **Ciências Biológicas e da Saúde:** Incluem-se os conteúdos (teóricos e práticos) de base moleculares e celulares dos processos normais e alterados, da estrutura e função dos tecidos, órgãos, sistemas e aparelhos;
- **Ciências Sociais, Humanas e Econômicas:** Inclui-se a compreensão dos determinantes sociais, culturais, econômicos, comportamentais, psicológicos, ecológicos, éticos e legais, a comunicação nos níveis individual e coletivo, do processo saúde-doença;
- **Ciências da Alimentação e Nutrição:** Neste tópico de estudo, incluem-se: a) compreensão e domínio de nutrição humana, a dietética e de terapia nutricional – capacidade de identificar as principais patologias de interesse da nutrição, de realizar avaliação nutricional, de indicar a dieta adequada para indivíduos e coletividades, considerando a visão ética, psicológica e humanística da relação nutricionista-paciente; b) conhecimento dos processos fisiológicos e nutricionais dos seres humanos – gestação, nascimento, crescimento e desenvolvimento, envelhecimento, atividades físicas e desportivas, relacionando o meio econômico, social e ambiental; e c) abordagem da nutrição no processo saúde-doença, considerando a influência sócio-cultural e econômica que determina a disponibilidade, consumo, conservação e utilização biológica dos alimentos pelo indivíduo e pela população;
- **Ciências dos Alimentos:** Incluem-se os conteúdos sobre a composição, propriedades e transformações dos alimentos, higiene, vigilância sanitária e controle de qualidade dos alimentos;

Desta forma, os conteúdos curriculares contribuem para a compreensão, interpretação,

preservação, reforço, fomento e difusão das culturas nacionais, regionais e históricas, em um contexto de pluralismo e diversidade cultural

Os conteúdos curriculares estão consonantes com as competências e habilidades gerais e específicas descritas na DCN do curso, havendo equilíbrio adequado na distribuição de conteúdos curriculares para garantir a assistência integral à saúde e o desenvolvimento das capacidades acadêmico-profissionais dos discentes.

ESTRUTURA CURRICULAR

COERÊNCIA COM A DIRETRIZ CURRICULAR DO CURSO

Existe sintonia e coerência entre o currículo proposto para o curso, com seus componentes curriculares organizados e dispostos com base nos campos interligados de formação e o perfil desejado do egresso.

Todos os esforços são despendidos para que, ao longo da duração do curso, o aluno vivencie e adquira habilidades e competências necessárias para o exercício da profissão com ética, cidadania, consciência, proatividade e espírito empreendedor.

FLEXIBILIDADE

Em relação à flexibilidade, o profissional deve conhecer todas as suas áreas de competência, de forma que possa definir melhor seu campo de atuação, bem como deve conhecer a dinâmica de outros segmentos de mercado que demandam profissionais competentes.

Existe ainda um componente curricular optativo, onde o estudante poderá escolher entre as disciplinas elencadas.

ATIVIDADES COMPLEMENTARES E DE EXTENSÃO

Também visando a flexibilização curricular, o curso pode oferecer, a título de Atividades Complementares, palestras para todos os discentes ou específicas para quem está cursando determinada unidade de ensino, seminários, oficinas, fóruns de discussão, semanas acadêmicas, apresentação de trabalhos e temas desenvolvidos pelos discentes, visitas técnicas, bem como discussão de casos e eventos atuais e o impacto dos mesmos na sociedade.

São realizadas ainda atividades de extensão, visando: atender às demandas latentes da sociedade e do mercado de trabalho e propiciar uma visão sistêmica da atuação profissional.

INTERDISCIPLINARIDADE

Visando à interdisciplinaridade, para maior integração de conhecimentos e desenvolvimento das habilidades do profissional, o curso possui como uma de suas atividades acadêmicas a elaboração de um trabalho interdisciplinar a cada período ou trabalho de conclusão de curso. Existe um tema transversal a ser desenvolvido e uma metodologia para o desenvolvimento desse trabalho. Dessa forma os discentes conseguem perceber a relação, de forma prática, entre as unidades de ensino que cursam em cada período do curso.

Além disso, os docentes sempre evidenciam em suas aulas a relação entre as unidades de ensino específicas que lecionam e as demais do curso. Isso favorece ao aluno entender, de forma global a importância de cada parte do conhecimento no todo da profissão.

COMPATIBILIDADE DE CARGA HORÁRIA

Quanto à compatibilidade da carga horária total em horas, a estrutura curricular do curso contempla de forma excelente as unidades de ensino necessárias para atender às necessidades do mercado de trabalho e estão distribuídas, também de forma excelente, pela quantidade de carga horária total do curso.

Existe o cuidado e atenção em oferecer ao aluno uma formação orientada com a realidade local e nacional, distribuídas de forma coerente entre as unidades de ensino e suas respectivas cargas horárias.

Também existe toda atenção para que todas as unidades de ensino mais significativas e necessárias para a formação do profissional tenham carga horária mais expressiva.

EMENTÁRIO E BIBLIOGRAFIA

[Consulte os Planos de Ensino do Curso.](#)

ESTRUTURA CURRICULAR

A Estrutura Curricular, concebida posteriormente à definição do Perfil do Egresso e os Objetivos do Curso, apresenta-se de forma a contemplar aspectos de flexibilidade, interdisciplinaridade, compatibilidade de carga horária total (em horas), articulando aulas teóricas e práticas e atividades complementares.

[Consulte a estrutura curricular do curso.](#)

METODOLOGIA

OBJETIVOS METODOLÓGICOS

As metodologias utilizadas no curso têm como principais objetivos:

- Estar em consonância com o PPI e PDI;
- Garantir a construção da formação profissional e do perfil do acadêmico de maneira reflexiva, analítica, processual e articulada;
- Facilitar o processo de construção das competências e habilidades preconizadas nas DCNs;
- Sustentar a vivência interdisciplinar, o trabalho em equipe, compreendendo e valorizando os benefícios dessa prática na atividade profissional;
- Incentivar o cumprimento das Atividades Complementares; valorizar a educação continuada, incorporando as contribuições científicas e tecnológicas, com competência para explorar parte desse imenso potencial na democratização do conhecimento; e
- Propiciar aos discentes a possibilidade de saber ler a realidade criticamente, mantendo-se sempre informado, interpretando o mundo com autonomia, sendo capaz de produzir pensamentos e ações novos para um mundo em constante mudança;

ATIVIDADES EM SALA DE AULA

Quanto às atividades na sala de aula, os procedimentos didáticos e metodológicos serão diversificados, envolvendo **atividades expositivas, dialogadas e explicativas, bem como debates, seminários diversos e trabalhos em grupos.**

Os docentes serão estimulados a fazer uso da criatividade e a utilizar métodos e técnicas participativas em suas atividades, visando o desenvolvimento e a integração do **aprender a conhecer, do aprender a fazer, do aprender a conviver e do aprender a ser.**

INCENTIVO À LEITURA, ESCRITA E RACIOCÍNIO LÓGICO

Neste contexto, o incentivo à leitura, à escrita e ao raciocínio para o conhecimento, a análise e a interpretação dos fenômenos biomédicos de todas as esferas perpassam o conjunto de unidades de ensino do curso.

Para auxiliar neste processo metodológico será necessária a adoção de novas **Metodologias Ativas de Aprendizagem** que proporcionem ao estudante o desenvolvimento do raciocínio lógico no âmbito de soluções sociais pertinentes ao curso, pois as mudanças do mundo contemporâneo têm refletido no redirecionamento das políticas de educação e saúde e no perfil dos profissionais que estão em processo de formação nos cursos de graduação, visando uma interação maior entre o mundo do ensino e o do trabalho, levando o aluno a pensar sempre na integração entre teoria e prática.

INTEGRAÇÃO DAS ÁREAS DO CONHECIMENTO

Tornar-se-á necessário, portanto, integrar as diferentes áreas do conhecimento em todas as etapas do curso de graduação, destacando-se como eixo articulador, a interdisciplinaridade e a transversalidade. Será preciso percebê-las enquanto processo de integração recíproca entre as várias unidades de ensino oferecidas ao longo do curso e com os campos afins do conhecimento.

O processo de aprendizado e preparação proposto, compreende que o acadêmico necessita desenvolver uma visão crítica e comprometida com os princípios éticos; saber apresentar trabalhos e discutir ideias em público; ter capacidade de participar de debates contemporâneos e ser capaz de se posicionar em contextos de controvérsias, de inovações e de mudanças de paradigmas.

ACESSIBILIDADE PLENA

A IES, visando a busca constante pela acessibilidade plena, garante o direito assegurado ao público alvo da educação especial, as condições de igualdade no acesso, na permanência e na terminalidade dos estudos na educação superior.

Tais condições são promovidas institucionalmente a partir da eliminação do conjunto de barreiras, a saber: arquitetônicas, pedagógicas, atitudinais, nas comunicações e digitais.

ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

O estágio supervisionado está devidamente regulamentado, implantado e disseminado entre docentes e discentes, visando atender aos aspectos carga horária, convênios, formas de apresentação, orientação, supervisão e coordenação da seguinte maneira:

CARGA HORÁRIA

A Matriz Curricular do Curso de Nutrição IES está estruturada na Matriz Athenas 4 com 3200 horas e 660 horas de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório.

MATRIZ ATHENAS 4			
ESTÁGIO	PERÍODO	ÁREAS DO CURSO EM QUE SERÁ EXECUTADO O ESTÁGIO	CARGA HORÁRIA
Estágio Curricular Supervisionado I	7º	Indústria de Alimentos	160h
Estágio	7º	Unidades	160h

Curricular Supervisionado II		de Alimentação e Nutrição	
Estágio Curricular Supervisionado III	8º	Saúde Pública	120H
Estágio Curricular Supervisionado IV	8º	Nutrição Clínica	200H

CONVÊNIOS

Os convênios serão firmados entre a Instituição de Ensino Superior e Instituições e empresas públicas e/ou privadas.

São obrigações da IES, como Concessora de Estágio:

- Firmar acordos de convênio com empresas e instituições públicas e privadas, a fim de oferecer Estágio Curricular Supervisionado;
- Intermediar a celebração do Termo de Compromisso de Estágio Curricular entre o estudante e a Instituição cedente do estágio.

FORMAS DE APRESENTAÇÃO

O Estágio Curricular Supervisionado para o Curso de Nutrição também é regulamentado pela Resolução Nº 418 de março de 2008 que dispõe sobre a responsabilidade do nutricionista quanto às atividades desenvolvidas por estagiários de nutrição e dá outras providências. apresentação do estágio é um requisito obrigatório e é parte integrante da avaliação.

A apresentação do Estágio Supervisionado acontecerá nos seguintes formatos:

- Relatório escrito parcial e final das atividades desenvolvidas;
- Socialização das atividades desenvolvidas ao término do Estágio, obedecendo aos critérios de

avaliação estabelecidos pelo Supervisor de Estágio.

A apresentação do estágio deverá obedecer os prazos previstos em cronograma.

COORDENAÇÃO E PRECEPTORIA

Constitui atribuição da Coordenação de Curso coordenar o estágio curricular supervisionado.

O Docente Supervisor de Estágio é um Profissional Nutricionista professor da instituição de ensino indicado pela Coordenação de Curso, o qual tem a função de orientar e supervisionar o desenvolvimento das atividades do Estágio em cada etapa curricular.

O Preceptor de Estágio é um profissional Nutricionista com registro no conselho de classe designado pelo Supervisor de Curso, que tem a função de acompanhar o desenvolvimento das atividades do Estágio em cada etapa curricular em campo.

AVALIAÇÃO

A avaliação é parte integrante do processo pedagógico do Estágio Curricular e abrange a avaliação do estudante diariamente, focalizando a postura no local de estágio, o desenvolvimento das atividades e propostas e da apresentação do relatório final de atividades.

As avaliações deverão ser realizadas por meio de instrumentos que deverão ser preenchidos por todos os atores envolvidos, estagiários, preceptor e supervisor;

REGULAMENTO

[Consulte o Regulamento de Estágio Supervisionado.](#)

ATIVIDADES COMPLEMENTARES

As atividades complementares estão devidamente regulamentadas, implantadas e disseminadas entre docentes e discentes, visando atender aos aspectos de carga horária, diversidade de atividades e forma de aproveitamento da seguinte maneira:

CARGA HORÁRIA

80 horas

DIVERSIDADE DE ATIVIDADES E FORMA DE APROVEITAMENTO

Categoria: Atividades Científico-acadêmicas

Atividade presencial ou a distância: Evento científico: congresso, simpósio, ciclo de conferências, debate, workshop, jornada, oficina, fórum, seminário, entre outros.

Carga Horária Máxima (Horas):** 60h

Documento Comprobatório Exigido: Certificado de participação.

Atividade presencial ou a distância: Curso de extensão, aprofundamento, aperfeiçoamento e complementação de estudos

Carga Horária Máxima (Horas):** 40h

Documento Comprobatório Exigido: Certificado de participação, com nota e frequência, se for o caso.

Atividade presencial ou a distância: Visita técnica.

Carga Horária Máxima (Horas):** 50h

Documento Comprobatório Exigido: Relatório com assinatura e carimbo do responsável pela visita.

Atividade presencial ou a distância: Pesquisa de iniciação científica, estudo dirigido ou de caso.

Carga Horária Máxima (Horas):** 50h

Documento Comprobatório Exigido: Relatório final ou produto, com aprovação e assinatura do responsável – professor orientador.

Atividade presencial ou a distância: Apresentação de trabalho em evento científico com publicação.

Carga Horária Máxima (Horas):** 40h

Documento Comprobatório Exigido: Certificado do evento em nome do estudante comprovando a apresentação e cópia da publicação.

Será atribuído 10h por trabalho.

Atividade presencial ou a distância: Apresentação de trabalho em evento científico sem publicação.

Carga Horária Máxima (Horas):** 40h

Documento Comprobatório Exigido: Certificado do evento em nome do estudante, comprovando a apresentação.

Será atribuído 10h por trabalho.

Atividade presencial ou a distância: Publicação de resumo em anais.

Carga Horária Máxima (Horas):** 50h

Documento Comprobatório Exigido: Cópia da publicação com timbre dos anais.

Será atribuído 10h por trabalho.

Atividade presencial ou a distância: Publicação de artigo em revista científica.

Carga Horária Máxima (Horas):** 50h

Documento Comprobatório Exigido: Cópia da publicação com timbre/identificação da revista.

Será atribuído 10h por trabalho.

Atividade presencial ou a distância: Defesas assistidas nos cursos de Pós-Graduação e Graduação, relativas à área de seu curso ou afins.

Carga Horária Máxima (Horas):** 20h

Documento Comprobatório Exigido: Certificado de participação.

Atividade presencial ou a distância: Disciplina extracurricular realizada como complementação à grade curricular do curso.

Carga Horária Máxima (Horas):** 40h

Documento Comprobatório Exigido: Certificado de participação, com nota, frequência e aprovação.

Atividade presencial ou a distância: Cursos básicos e/ou nivelamento

Carga Horária Máxima (Horas):** 20h

Documento Comprobatório Exigido: Certificado de participação, com nota, frequência e aprovação.

Categoria: Atividades socioculturais

Atividade presencial ou a distância: Recital, peça teatral, apresentação musical, exposição, workshop, feira, mostra, museu, entre outros.

Carga Horária Máxima (Horas):** 10h

Documento Comprobatório Exigido: Ingresso do evento com data.

Atividade presencial ou a distância: Participação em trabalho de ação social, comunitária ou extensionista.

Carga Horária Máxima (Horas):** 60h

Documento Comprobatório Exigido: Relatório das atividades desenvolvidas com aprovação e assinatura do professor responsável.

Atividade presencial ou a distância: Cursos de língua estrangeira.

Carga Horária Máxima (Horas):** 20h

Documento Comprobatório Exigido: Certificado de participação.

Atividade presencial ou a distância: Organização de exposições e seminários de caráter artístico ou cultural;

Carga Horária Máxima (Horas):** 60h

Documento Comprobatório Exigido: Certificado de participação.

Categoria: Atividades de prática profissional

Atividade presencial ou a distância: Monitoria (voluntária ou não).

Carga Horária Máxima (Horas):** 40h

Documento Comprobatório Exigido: Relatório das atividades desenvolvidas aprovado e assinado pelo professor responsável.

Atividade presencial ou a distância: Estágio não-curricular

Carga Horária Máxima (Horas):** 40h

Documento Comprobatório Exigido: Relatório das atividades desenvolvidas aprovadas e assinado pelo professor responsável.

Atividade presencial ou a distância: Plano de intervenção, proposta para a solução de um problema identificado.

Carga Horária Máxima (Horas):** 40h

Documento Comprobatório Exigido: Relatório das atividades desenvolvidas aprovado e assinado pelo professor responsável.

Atividade presencial ou a distância: Participação em projeto relacionado à Empresa Júnior.

Carga Horária Máxima (Horas):** 40h

Documento Comprobatório Exigido: Declaração da organização assinado pelo professor responsável.

Atividade presencial ou a distância: Instrutor em minicurso, oficina ou como palestrante.

Carga Horária Máxima (Horas):** 20h

Documento Comprobatório Exigido: Certificado em nome do estudante com descrição da atividade.

Categoria: Outras Modalidades

Atividade presencial ou a distância: Outras atividades não contempladas, mas que possam ser consideradas importantes na complementação da formação acadêmica.

Carga Horária Máxima (Horas):** 50h

Documento Comprobatório Exigido: Certificado, declaração ou correspondente, a critério do Responsável pela validação das atividades complementares

* Os cursos online ou em EAD não poderão exceder a 20% (vinte por cento) da carga horária estabelecida para as Atividades complementares realizadas antes do início do curso não poderão ser aproveitadas.

Alunos especiais (transferidos de outras IES) poderão aproveitar até 50% das atividades complementares desenvolvidas no curso anterior.

** Carga horária máxima atribuída à atividade ou conjunto de atividades da mesma natureza.

Somente serão consideradas as atividades complementares realizadas durante o curso de graduação.

REGULAMENTO

[Consulte o Regulamento das Atividades Complementares.](#)

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

CARGA HORÁRIA

O Trabalho de Curso I e Trabalho de Curso II, respectivamente, são ofertados conforme a Matriz Curricular vigente, possuindo cada componente a **carga horária de 40h**.

FORMAS DE APRESENTAÇÃO

Trabalho de Curso I destina-se à elaboração do projeto fundamentado na Metodologia da Problematização: Arco de Maguerez, devendo contemplar problemas reais da profissão, os quais corroboram o perfil do egresso, suas competências e habilidades, a fim de promover a inter-relação entre teoria e prática profissional.

Os componentes curriculares Trabalho de Curso I e II deverão ser desenvolvidos de forma colaborativa em grupos de 5 (cinco) alunos, sob orientação docente.

Constitui como pré-requisito para o de Trabalho de Curso II, o Trabalho de Curso I. O Trabalho de Curso II é destinado à aplicação à realidade do projeto desenvolvido no Trabalho de Curso I, escrita colaborativa do trabalho final e apresentação pública.

COORDENAÇÃO E PRECEPTORIA

Os componentes curriculares do Trabalho de Curso I e II serão orientados em sala de aula, sob a regência de um(a) professor (a) do curso.

AValiação

O desempenho acadêmico dos discentes nos componentes curriculares Trabalho de Curso I e II será resultado da avaliação do professor orientador, com base no cumprimento do cronograma de atividades e entrega do trabalho final. Critérios de avaliação do TC I: participação ativa em sala de aula,

comparecimento aos encontros de orientação, escrita e desenvolvimento do projeto, interação com o grupo de trabalho e apresentação de seminário.

Critérios de avaliação do TC II: participação ativa em sala de aula, comparecimento aos encontros de orientação, interação com o grupo de trabalho, realização da intervenção à realidade, apresentação final pública e entrega do trabalho final

As seções de apresentação do Trabalho de Curso II serão públicas e devem ocorrer dentro do semestre letivo, com data e horário definidos pelo professor orientador, ouvida a coordenação de curso. A modalidade da apresentação deverá ser definida a critério do colegiado de curso.

REGULAMENTO

[Consulte o Regulamento de Trabalho de Conclusão de Curso.](#)

APOIO AO DISCENTE

PROGRAMA DE BOLSAS E FINANCIAMENTO DE ESTUDO

Sendo uma entidade com fins lucrativos, com avaliação positiva pelo MEC, o FIES (Fundo de Financiamento Estudantil), um programa do Ministério da Educação destinado a financiar a graduação na educação superior de estudantes matriculados em instituições não gratuitas, pode ser contratado pelo estudante.

Destinamos ainda vagas para estudantes que solicitam o PROUNI (Programa Universidade para Todos), um programa do Ministério da Educação que tem como finalidade a concessão de bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições de ensino superior não gratuitas.

PROGRAMA DE NIVELAMENTO

Devidamente regulamentado, o programa de nivelamento tem como objetivo de relembrar conteúdo específicos do ensino médio, oferecendo atividades de nivelamento na modalidade EAD e de forma totalmente gratuita, a todos os estudantes ingressantes na IES. Tais atividades têm sua origem na tabulação dos erros de resolução das questões do Processo Seletivo e nas necessidades dos Projetos Pedagógicos dos Cursos e transcorrem as áreas de Português, Matemática e Química. Verifique na Secretaria Acadêmica e no endereço www.athenasvirtual.com.br como poderão realizar as atividades de nivelamento.

[Consulte o Regulamento do Programa de Nivelamento.](#)

PROGRAMA DE MONITORIA

As atividades do Programa de Monitoria possuem regulamento próprio que define que a monitoria deverá ser desenvolvida nos componentes curriculares de formação básica, consistindo no oferecimento de plantões de monitores, para o esclarecimento de dúvidas e orientação aos acadêmicos

(as), extra sala de aula, a fim de complementar e aprimorar o aproveitamento das atividades acadêmicas.

[Consulte o Regulamento do Programa de Monitoria.](#)

PROGRAMA DE ATENDIMENTO PSICOPEDAGÓGICO

Devidamente regulamentado, este serviço de apoio objetiva orientar e auxiliar os estudantes para a solução de problemas acadêmicos e/ou relacionais que podem interferir no seu processo de aprendizagem. Caso você estudante, necessite de apoio psicopedagógico, por meio deste Programa, professores, coordenações e outros profissionais podem auxiliá-los ou ainda encaminhá-los para atendimento especializado a ser realizado por profissional da área.

[Consulte o Regulamento do Programa de Atendimento Psicopedagógico.](#)

PROGRAMA DE APOIO ÀS PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS – PNEs

Devidamente regulamentado, este programa faz parte de nossas ações, por meio do Núcleo de Acessibilidade. Seu principal objetivo é promover a acessibilidade de acordo com os referenciais de acessibilidade na educação superior e a avaliação in loco do sistema nacional de avaliação da educação superior (SINAES).

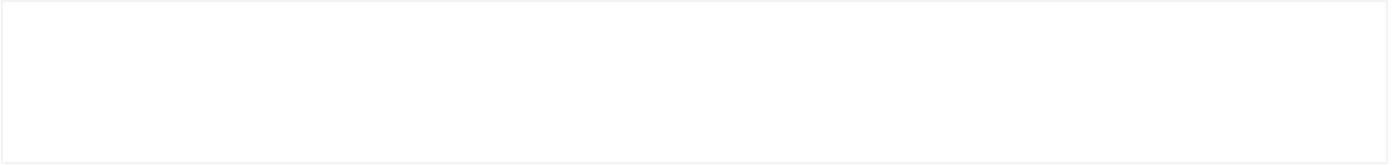
[Consulte o Regulamento do Núcleo de Acessibilidade.](#)

[Consulte o Regulamento do atendimento ao Aluno com Transtorno do Espectro Autista.](#)

PROGRAMA DE RETENÇÃO DISCENTE E APOIO AO EGRESSO

Preocupada com vida escolar e pós-escolar do estudante, a IES implantou um serviço por meio da Comissão de Relacionamento com o Discente, que visa prestar atendimento diferenciado aos estudantes buscando conhecê-lo melhor e definir indicadores que proporcionem meios de permanência dos discentes na IES. Tais indicadores são definidos por meio de Questionário Básico CRD (eletrônico ou impresso).

[Consulte o Regulamento da Coordenação de Relacionamento com o Discente.](#)



AÇÕES DECORRENTES DOS PROCESSO DE AVALIAÇÃO DO CURSO

PROJETOS E PROCESSOS DE AUTOAVALIAÇÃO

A autoavaliação do curso é prática efetiva no IES, e tem sido (cursos em andamento), ou será (cursos em fase de autorização) plenamente aplicada no âmbito do curso.

O procedimento é completar o processo de Autoavaliação Institucional realizado pela CPA, porém, é insuficiente só constatar tal inserção sem transformar as informações geradas pelo processo em ações de potencialização capazes de garantir a consolidação de políticas institucionais que conduzam à reordenação das questões acadêmicas e administrativas.

De acordo com o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, a avaliação institucional se efetiva em três processos:

- ❑ Avaliação da Instituições de Ensino Superior, que abrange duas etapas:
 - ❑ Auto-avaliação – coordenada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) de cada IES;
 - ❑ Avaliação externa – realizada por comissões designadas pelo INEP;

- ❑ Avaliação dos Cursos de Graduação – feita por comissões externas que fazem reconhecimento e renovação de cursos;

- ❑ Avaliação do desempenho dos estudantes através do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes ENADE – (que “aferirá o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares do respectivo curso de graduação, suas habilidades para ajustamento às exigências decorrentes da evolução do conhecimento e suas competências para compreender temas exteriores ao âmbito específico de sua profissão”, segundo a Lei nº 10.861/2004 § 1º art. 5º), sendo realizado pelo INEP ao final do primeiro e do último ano dos cursos.

As **avaliações externas** – feitas por comissões de especialistas designados pelo INEP – se

constitui de análises documentais, visitas in loco, interlocução com membros dos diferentes segmentos da instituição e da comunidade. Estas informações ajudam a identificar pontos de estrangulamento e de potencialidades institucionais, além de subsidiarem a reformulação do projeto de desenvolvimento da IES.

A **avaliação interna** – é um processo de autocrítica institucional por meio do qual a IES busca compreender coletivamente, os significados de suas realizações, identificando suas potencialidades e deficiências, estabelecendo estratégias de superação dos problemas e aprimoramento das ações que vêm sendo realizadas com êxito.

ANÁLISE E DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS DA AUTOAVALIAÇÃO

Os dados serão trabalhados através de softwares específicos, que faz apuração das informações contidas nos diversos instrumentais aplicados junto a professores, servidores e alunos da Instituição, e junto a empresários e egressos dos cursos.

Os resultados referentes à atuação dos professores e dos coordenadores serão apresentados de forma conjunta através de gráficos e/ou tabelas estatísticas apropriadas para o caso, com resultados em números relativos (%) na base 100. As informações referentes às demais dimensões também receberão tratamento estatístico e serão apresentadas de forma conjunta, de modo que se tenha uma visão da dinâmica da Instituição como um todo e, particularmente, de cada um dos seus setores.

Os relatórios parciais e final serão organizados de forma que expresse a opinião da comunidade acadêmica e dos que se beneficiaram com as atividades desenvolvidas. O relatório contemplará ainda, críticas e sugestões apresentadas para a melhoria de suas ações. A CPA fará o encaminhamento do relatório ao Diretor Geral da instituição.

De acordo com a nota técnica nº 65 do INEP que sugere um relatório de Autoavaliação Institucional e suas versões parciais e integrais, está sendo elaborado um novo modelo de relatório.

A versão parcial do relatório parcial deverá contemplar as informações e ações desenvolvidas pela CPA no ano de referência (anterior), explicitando os eixos trabalhados.

PLANO DE MELHORIAS A PARTIR DOS PROCESSOS AVALIATIVOS

Da mesma forma, de acordo com a nota técnica nº 65 do INEP que sugere um relatório de Autoavaliação Institucional e suas versões parciais e integrais, deverá ser elaborado um novo modelo de relatório, o plano de ações de melhoria à IES será apresentado quando do relatório integral.

Finalmente, a partir do ano de referência de 2016 o Relatório de Autoavaliação será submetido anualmente, por meio do Sistema e-MEC, ao longo de um período de três anos. Nos 2 primeiros anos, o relatório deverá ser inserido em sua versão parcial. No terceiro ano, será inserido em sua versão integral, conforme segue:

- até 31 de março de 2016 – 1º relatório parcial
- até 31 de março de 2017 – 2º relatório parcial
- até 31 de março de 2018 – relatório integral

REGULAMENTO

[Consulte o Regulamento da Comissão Própria de Avaliação - CPA.](#)

[Consulte o Projeto da CPA.](#)

[Consulte o Regulamento do Núcleo Docente Estruturante.](#)

TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – TICs – NO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM

O curso é ministrado na modalidade de ensino presencial e, para tanto, a instituição disponibiliza diferentes mecanismos e tecnologias possibilitando a implementação desta modalidade de ensino de forma eficiente e eficaz.

As tecnologias da informação compreendidas por diversos recursos e o acesso rápido e fácil à internet, possibilitam maior integração de tecnologias e das propostas pedagógicas possibilitando uma aprendizagem mais significativa e atualizada. Por assim ser, estreita e facilita o trabalho do professor/aluno, dinamizando os processos de ensino e de aprendizagem.

O IES dispõe de estrutura tecnológica para o controle acadêmico, que permite a inserção de dados e informações de forma prática por parte do corpo docente. Com este sistema integrador, o corpo discente, obtém informação virtual das atividades avaliativas bem como da apuração da frequência, o que proporciona ganho de tempo, desempenho e confiabilidade.

O sistema de controle acadêmico conta também com ferramenta para disponibilização de material didático, que vêm contribuindo para o enriquecimento das atividades pedagógicas.

Os cursos e eventos promovidos pela Instituição, voltados para as comunidades externa e interna, são divulgados por diversos canais de comunicação, destacando-se entre eles o site da Instituição, permitindo a inscrição dos interessados de forma eletrônica remota.

A IES possui Laboratório (s) de Informática equipados com os softwares necessários para que os alunos possam desenvolver suas pesquisas e atividades acadêmicas e suas máquinas, devidamente interligados e conectados à Internet, possuem instalados softwares necessários para a prática pedagógica.

Para atender aos usuários em relação aos serviços de impressão a instituição possui um serviço terceirizado de reprografia e processamento de documentos.

Destaca-se, também, que todas as salas de aula da Instituição possuem sistemas multimídia (computador, equipamentos de som e projetor de imagens).

PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO E APRENDIZAGEM

Os processos de ensino-aprendizagem são entendidos como prática social que podem dinamizar outros processos sociais, oportunizando a construção de uma sociedade inclusiva e cidadã. Dentro desta prática, o curso utiliza procedimentos, métodos de ensino e processos de avaliação tradicionais implementados e coerentes com a proposta curricular. Refletem suficientemente o compromisso de interdisciplinaridade, desenvolvimento de espírito científico e formação de cidadãos e sujeitos autônomos.

A avaliação do desempenho discente é entendida como um diagnóstico do desenvolvimento do estudante em relação ao processo de ensino aprendizagem, na perspectiva de seu aprimoramento, tendo por objetivos.

1. Diagnosticar a situação de aprendizagem do estudante para estabelecer objetivos que nortearão o planejamento da prática docente;
2. Verificar os avanços e dificuldades do estudante no processo de construção e de recriação do conhecimento, em função do trabalho desenvolvido;
3. Fornecer aos professores elementos para uma reflexão sobre o trabalho realizado, tendo em vista o redirecionamento do planejamento do componente curricular;
4. Possibilitar ao estudante tomar consciência de seus avanços e dificuldades, visando ao seu envolvimento no processo de ensino aprendizagem;
5. Embasar a tomada de decisão quanto à promoção ou retenção dos estudantes.

DOS PROCESSOS AVALIATIVOS SEMESTRAIS

A avaliação do desempenho discente em cada uma das componentes curriculares, atividades, estágios e trabalho de conclusão de curso far-se-á por meio de procedimentos que comprovem assiduidade e aproveitamento dos estudos realizados pelos estudantes.

O conceito obtido deverá ser, obrigatoriamente, em cada bimestre, resultado da aplicação de diferentes instrumentos, priorizando as avaliações individuais;

O desempenho do estudante será expresso em conceitos decorrentes dos processos

avaliativos a que foi submetido, em escala numérica de zero(0) a dez (10), permitida a fração de cinco décimos (0,5) e lançada em um sistema de controle acadêmico juntamente com as faltas e em data previamente estipulada no calendário acadêmico institucional.

Em cada semestre letivo, o desempenho do estudante será expresso em conceitos parciais decorrentes das modalidades avaliativas a que foi submetido:

São consideradas modalidades avaliativas as seguintes avaliações:

I. Três (03) Avaliações Individuais;

A 1. Avaliação do 1º Bimestre;

A2. Avaliação do 2º Bimestre;

A 3. Avaliação Institucional – Prova Athenas;

II. Uma (01) Avaliação de Caráter Múltiplo a serem aplicadas pelos docentes tais

como:

A 4. Avaliações Múltiplas:

Modalidade 1 - Trabalhos escritos (individuais);

Modalidade 2 - Trabalhos escritos (em grupo);

Modalidade 3 - Seminários (individuais);

Modalidade 4 - Seminários (em grupo);

DA ESTRUTURA E VALIDAÇÃO DAS AVALIAÇÕES SEMESTRAIS

As avaliações semestrais devem considerar as seguintes estruturas:

- As avaliações A1 e A2, devem conter obrigatoriamente quatro (04) questões objetivas conforme estrutura das questões do ENADE, ficando as demais ao critério do Docente.
- A Avaliação A3 adotará estrutura conforme estrutura das questões do ENADE.
- A avaliação A4 será ao critério do docente.

As avaliações deverão ser validadas pela coordenação do curso considerando-se que:

- Para as avaliações A1 e A2, o docente deverá entregar cópia ao coordenador do curso, de acordo com o estipulado no Calendário Acadêmico vigente, para análise prévia.
- A avaliação A3 será elaborada pelo Departamento Pedagógico, portanto isenta da validação da coordenação do curso.
- A avaliação A4, ao critério do docente, está isenta de validação pela coordenação do curso.

DA APLICAÇÃO DAS AVALIAÇÕES

As avaliações deverão ser aplicadas pelos docentes em horário previamente definido obedecendo-se o período das avaliações estipulado no calendário acadêmico.

DOS CÁLCULOS DOS CONCEITOS AVALIATIVOS SEMESTRAIS

Os conceitos finais das avaliações serão assim definidos.

- A avaliação (A1), (A2) e (A3) serão únicas, individuais e escritas, sendo que cada uma delas terá peso de 10,0 pontos.
- A avaliação (A4), composta por avaliações de caráter múltiplo, não poderão ultrapassar o número de duas (02) avaliações, sendo-lhes distribuídas ao critério do docente o peso que somado seja equivalente aos 10 pontos.

O cálculo do Conceito Final Semestral dar-se-á através da média dos conceitos obtidos nas quatro (04) Etapas, de acordo com a equação abaixo.

$$\text{CONCEITO FINAL SEMESTRAL} = (A1 \times 0,3) + (A2 \times 0,3) + (A3 \times 0,15) + (A4 \times 0,25)$$

DA APROVAÇÃO NA COMPONENTE CURRICULAR

Para ser aprovado o estudante deverá obter o Conceito Final Semestral igual ou superior a sete (07), além de frequência às aulas igual ou superior a setenta e cinco por cento (75%).

Caso o estudante não atinja o Conceito Final Semestral de no mínimo, sete (07) pontos, mas

que seja igual ou superior a quatro (04) pontos, e ainda tenha frequentado o mínimo de setenta e cinco por cento (75%) das atividades acadêmicas, poderá fazer o Exame Final.

Caso o estudante não atinja o Conceito Final Semestral de no mínimo, sete (07) pontos, obtenha Conceito Final Semestral inferior a quatro (04) ponto, ou ainda frequência menor que setenta e cinco por cento (75%), o mesmo estará reprovado no componente curricular, devendo cursá-la adiante na modalidade de dependência.

DA APROVAÇÃO EM EXAME FINAL

Para ser aprovado após o Exame Final, o estudante deverá obter Conceito Final maior ou igual a cinco (05) pontos.

Para o cálculo do Conceito Final consideram-se a média da soma entre o Conceito Final Semestral e o Conceito do Exame Final, de acordo com a equação abaixo:

$$\text{CONCEITO FINAL} = (\text{CONCEITO FINAL SEMESTRAL} + \text{CONCEITO DO EXAME FINAL}) / 2$$

DA AVALIAÇÃO DAS DEMAIS COMPONENTES CURRICULARES

Atividades Complementares, TCC e Estágio Supervisionado

As atividades complementares, trabalhos de conclusão de curso e estágios supervisionados, terão suas atividades desenvolvidas e avaliadas de acordo com o disposto no Projeto Pedagógico e em seus respectivos Regulamentos.

Para estas atividades será utilizado o conceito final *suficiente* para aprovação e *insuficiente* para reprovação.

DAS PENALIDADES

O estudante que usar meios ilícitos nos procedimentos de avaliação do rendimento escolar sofrerá as sanções cabíveis por ato de improbidade.

DO REGISTRO DOS CONCEITOS

O registro dos conceitos e frequências obtidas pelos estudantes são de responsabilidade exclusiva do professor, cabendo seu controle à Secretaria Acadêmica.

DAS SITUAÇÕES PONTUAIS – 2ª CHAMADA, REVISÕES DE PROVAS E SOLICITAÇÃO DE EXERCÍCIOS DOMICILIARES

As solicitações de 2ª Chamada, revisões de provas, solicitação de exercícios domiciliares (em conformidade com legislações específicas) serão analisadas pelos Colegiados dos Cursos.

NÚMERO DE VAGAS

O número de vagas autorizadas 100 (cem) vagas, ofertada no período noturno.

Esse número de vagas proposto, corresponde plenamente à dimensão do corpo docente e às condições de infraestrutura da IES.

OS EXECUTORES

ATUAÇÃO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

CONCEPÇÃO

O Núcleo Docente Estruturante – NDE constitui segmento da estrutura de gestão acadêmica de cada Curso de Graduação, com atribuições consultivas, propositivas e avaliativas sobre matéria de natureza acadêmica, responsável pela criação, implementação e consolidação dos Projetos Pedagógicos de cada curso, nos termos da resolução CONAES Nº 1, de 17 de junho de 2010.

O Núcleo Docente Estruturante – NDE é constituído por, no mínimo 05 (cinco) docentes, incluindo a Coordenação do Curso.

Os representantes docentes do NDE são indicados pelo coordenador do curso, ouvida a Coordenação Pedagógica Geral da Faculdade.

Respeitando-se a Resolução CONAES nº 1 de 17 de Junho de 2010, os critérios utilizados para indicação e escolha dos membros do NDE são:

- Titulação acadêmica (60% com pós-graduação stricto sensu);
- Regime de trabalho (80% com regime de trabalho parcial e 20% com regime de trabalho integral).
- Experiência profissional e de gestão acadêmica (> experiência na área afim);

ACOMPANHAMENTO

O NDE reúne-se, ordinariamente, em datas fixadas no calendário acadêmico e, extraordinariamente, quando convocado por seu Coordenador, ou por solicitação da Direção Geral ou da Coordenação Pedagógica Geral da Faculdade.

As decisões do NDE são tomadas por maioria simples de votos, com base no número de presentes, sendo estas formalizadas em Ata.

ESTRATÉGIA DE RENOVAÇÃO PARCIAL DOS INTEGRANTES DO NDE DE MODO A ASSEGURAR CONTINUIDADE NO PROCESSO DE ACOMPANHAMENTO DO CURSO

A renovação parcial dos integrantes do NDE (Núcleo Docente Estruturante) se dará:

- Por solicitação do próprio docente;
- Pela perda definitiva do vínculo empregatício com a Faculdade ou interrupção temporária, de fato ou de direito, do exercício de suas atividades acadêmicas na instituição;
- Por deixar de cumprir as tarefas inerentes às atribuições do NDE que lhe forem cometidas.

ATRIBUIÇÕES, CONSOLIDAÇÃO E AVALIAÇÃO DO PPC

São atribuições dos integrantes do Núcleo Docente Estruturante:

- Propor e realizar a formulação ou a reformulação do Projeto Pedagógico do curso para apreciação do Colegiado do Curso;
- Acompanhar e avaliar o desenvolvimento do Projeto Pedagógico do curso, propondo as correções que se apresentem necessárias à sua integral consecução;
- Orientar para aprovação do Colegiado de Curso, Projetos de iniciação científica, para a Pós-Graduação e de Nivelamento ou Atividades de Extensão, com vistas a tornar efetiva a aplicação, no âmbito da instituição, do princípio da unidade entre ensino, iniciação científica e extensão;
- Sugerir a aquisição de material didático e bibliografia para o curso;
- Definir parâmetros com vistas a apreciar e avaliar os Planos de Ensino elaborados pelos professores do curso, apresentando sugestões de melhoria;
- Aconselhar sobre situações e recursos que colaborem com o processo de ensino e aprendizagem do aluno;

➤ Sugerir, sempre que forem necessárias formas de avaliação que valorizem o conhecimento e a vivência do aluno;

O NDE será dirigido pelo coordenador do curso que o preside.

Compete ao Coordenador do NDE:

- Convocar e coordenar as reuniões, com direito a voto, inclusive de qualidade;
- Representar o NDE junto aos órgãos da instituição;
- Designar relator ou comissão para estudo de matéria a ser decidida pelo núcleo e um representante do corpo docente para secretariar e lavrar as atas;
- Coordenar a integração do NDE com o Conselho de Ensino, Superior, os colegiados e demais setores da instituição;
- Acompanhar o plano de trabalho e outras atividades do NDE.

MEMBROS

Nome	Titulação	Regime de Trabalho
Prof. Anderson Gonçalves Freitas	Mestrado	Integral
Profª. Anna Lúcia	Mestrado	Integral
Profª. Sandra Tereza Teixeira	Doutorado	Parcial
Profª. Songila Maria S. Rocha	Mestrado	Parcial
Prof. Oyatagan Levy Pimenta da Silva	Especialização	Parcial

REGULAMENTO

[Consulte o Regulamento do Núcleo Docente Estruturante do Curso.](#)

ATUAÇÃO DA COORDENAÇÃO DO CURSO

DESCRIÇÃO

A coordenação do curso é o responsável pela gestão do curso.

Para isto, este possui representatividade junto ao Conselho Deliberativo e Fiscal (CONDEF) por meio da representação do docente no CONDEF.

O coordenador também é membro titular e representante do corpo docente no Conselho de Ensino e Extensão (CEEX), além de ser presidente nato do Colegiado do Curso e do Núcleo Docente Estruturante do Curso.

[Consulte o Regulamento do Conselho Deliberativo e Fiscal.](#)

[Consulte o Regulamento do Conselho de Ensino e Extensão.](#)

FUNCIONAMENTO DO COLEGIADO DE CURSO

DESCRIÇÃO

O Colegiado do Curso está devidamente regulamentado no curso a partir de sua autorização, atuando por meio de duas reuniões semestrais e, quando necessário, reuniões extraordinárias, realizando todos os registros por meio de Atas naquilo que lhe concerne, entre outros o encaminhamento das decisões pré-definidas pelos Conselhos Superiores CONDEF, CEEEX e Direção da IES.

REPRESENTATIVIDADE DOS SEGMENTOS

De acordo com o Regulamento do Colegiado este é constituído por:

- 01 Presidente (Coordenação do Curso);
- 01 Coordenador Pedagógico Geral;
- 02 Representantes docentes;
- 01 Representante Discente;

PERIODICIDADE DAS REUNIÕES

O Colegiado de Curso reúne-se, ordinariamente, em datas fixadas no calendário acadêmico e, extraordinariamente, quando convocado por seu Coordenador, ou por solicitação do Diretor-Geral ou do Diretor Acadêmico da Faculdade e, ainda, pelo Diretor Acadêmico do Instituto Superior de Educação, quando se tratar de cursos de formação de professores para atuar na educação básica, neste último caso.

REGISTROS

Todas as decisões do Colegiado de Curso serão formalizadas em ata.

ENCAMINHAMENTOS DAS DECISÕES

Compete ao Colegiado de Curso:

- Deliberar sobre recursos e representações de discentes em matéria didática e disciplinar;
- Dar parecer em processos sempre que for solicitado;
- Organizar anualmente o calendário escolar em conjunto com o diretor da Faculdade;
- Examinar e aprovar modificações nos currículos dos cursos;
- Pronunciar-se e deliberar sobre pedidos de aproveitamento de estudos, transferências, adaptações, readmissões e reabertura de matrículas, bem como sobre matrículas aos portadores de diploma de nível superior;
- Opinar sobre admissão, promoção, afastamento, demissão e dispensa do seu pessoal docente e técnico administrativo.
- Aprovar as normas de funcionamento dos estágios curriculares supervisionados;
- Exercer as demais atribuições que lhe sejam previstas em lei e neste regulamento.

Consulte o regulamento do Colegiado do Curso abaixo:

REGULAMENTO

[Consulte o Regulamento do Colegiado do Curso.](#)

A INFRAESTRUTURA DE APOIO

GABINETES DE TRABALHO PARA PROFESSORES TEMPO INTEGRAL

DESCRIÇÃO

A Faculdade oferece espaço de trabalho aos docentes em tempo Integral dispondo da seguinte descrição:

01 sala com área de 46,40m², com 24 estações de trabalho contendo: 01 mesa de diâmetro de 1,00m para três pessoas (para utilização de notebook); 01 sofá de 03 lugares; 24 armários individuais; 01 móvel (armário) como aparador para bandeja e cafeteira, por exemplo.

Estão disponíveis também:

- Sala de Reuniões, de 27,54m², contendo mesa para 20 lugares, sofá de 03 lugares, armário como aparador, data-show, computador e periféricos além de microfone, câmera e caixas de som;
- Sala de Colegiado, de 11,00m², contendo mesa para 08 lugares e armário como aparador.
- Duas Salas de NDE, com 10,26m² cada, contendo mesa para 08 lugares e armário como aparador, em ambas;

Todos os ambientes dispõem de equipamentos adequados ao número de professores, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, acessibilidade, conservação e comodidade.

ESPAÇO DE TRABALHO PARA A COORDENAÇÃO DO CURSO E PARA OS SERVIÇOS ACADÊMICOS

DESCRIÇÃO DO ESPAÇO DE TRABALHO PARA A COORDENAÇÃO DO CURSO

A Faculdade possui ambientes distintos para a prestação dos serviços acadêmicos, distribuídos da seguinte maneira:

- Área e estações de trabalho destinadas ao ambiente das Coordenações de Curso 178 m² e 15 estações de trabalho.

DESCRIÇÃO DO ESPAÇO UTILIZADO PARA OS SERVIÇOS ACADÊMICOS (SECRETARIA ACADÊMICA)

261 m² dividido em ambientes distintos para a prestação dos serviços acadêmicos, distribuídos da seguinte maneira:

- Área e estações de trabalho destinadas à Secretaria Acadêmica - 64 m² e 6 estações de trabalho.
- Área destinada ao ambiente da Secretária das Coordenações de Cursos - 5m².
- Área destinada ao ambiente da Coordenação Pedagógica da IES - 8 m².

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS DISPONÍVEIS AOS ESTUDANTES NO SISTEMA ACADÊMICO

A IES utiliza o Sistema de Informação ASP da empresa Gennera, com as funções de controle acadêmico.

O programa é abastecido com dados fornecidos pelos professores, como registro de conteúdo, atividades compondo os Diários das turmas e disponibilizar de maneira prática e rápida a frequência e notas dos alunos, através do Site da IES com o serviço Web Professor. O serviço Web Aluno pode ser acessado por cada acadêmico, verificando sua nota e frequência e ainda receber materiais

didáticos on-line.

Desta forma, nossa organização educacional é personalizada quanto à estrutura de ensino, e padronizada unindo todos os dados num único sistema com acesso a todos os colaboradores, facilitando na comunicação.

Exemplificando, cita-se abaixo os serviços oferecidos aos colaboradores e alunos, por meio da utilização da tecnologia de informação e comunicação existente.

- Google Apps;
- Portal do aluno;
- Portal do Professor;
- Portal de Periódicos;
- Ouvidoria;
- Athenas Virtual;
- Fale conosco;

SALA DE PROFESSORES

DESCRIÇÃO

A sala dos professores da IES é um ambiente destinados à socialização dos professores, a Faculdade conta com 01 (uma) Sala de professores com área de 95m².

A sala dispõe de mesas, cadeiras, banheiros, televisão, sofá, copa e armários, 12 tomadas para notebooks; 4 estações de trabalho (computadores); 52 armários; e um anexo, com balcão de acesso, chamado de "secretaria docente", como apoio, onde encontram-se 3 secretárias, impressoras, armários e sala de arquivos, que prestam a função de atendimento aos professores, como entrega de diários, provas, notas, conteúdos programáticos, cronogramas de aulas, apoio logístico.

Este ambiente dispõe de equipamentos adequados ao número de professores, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, acessibilidade, conservação e comodidade.

SALA DE AULA

DESCRIÇÃO

A Faculdade dispõe atualmente de salas de aula com mobiliários e equipamentos necessários e mantidos de forma adequada naquilo que concerne aos espaços físicos, contando com:

- 48 salas de 48 m², com capacidade para 40 estudantes;
- 35 salas de 56 m², com capacidade para 50 estudantes;
- 15 salas de 64 m², com capacidade para 55 estudantes;
- 09 salas de 72 m², com capacidade para 60 estudantes;
- 02 salas de 81 m², com capacidade para 70 estudantes;
- 06 salas de 90 m², com capacidade para 80 estudantes;
- 07 salas de 97 m², com capacidade para 90 estudantes;
- 01 espaço de 820 m² para instalações de futuras salas de aula.

As salas de aula possuem boa acústica, boa iluminação, acessibilidade e comodidade para os estudantes e professores, além de possuírem ar condicionado, equipamentos para projeção de aulas (Data show), quadro de acrílico e equipamento de som. Desta forma, as salas de aulas estão adequadas para o desenvolvimento do curso.

ACESSO DE ALUNOS AOS EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA

DESCRIÇÃO

A Faculdade disponibiliza laboratórios de informática para serem utilizados pelos alunos (as). Segue abaixo a descrição do (s) Laboratório (s) de Informática.

- 04 salas com área total de 224 m², e capacidade para 200 estudantes, contendo:

Datashow; Telas de Projeção; 120 Computadores, sendo um para cada 02 estudantes; Roteadores; Mesas e Cadeiras para acomodação dos alunos e professor.

- 01 Laboratório de Redes com área total de 48 m², e capacidade para 40 estudantes;

Datashow; Telas de Projeção; 20 Computadores, sendo um para cada 02 estudantes; Roteadores; Mesas e Cadeiras para acomodação dos alunos e professor.

- 01 Laboratório de EaD com área total de 48 m², e capacidade para 40 estudantes;

Datashow; Telas de Projeção; 20 Computadores, sendo um para cada 02 estudantes; Roteadores; Mesas e Cadeiras para acomodação dos alunos, professores e tutores.

Todos os discentes têm livre acesso a equipamentos de informática. Este acesso é regulamentado conforme o Regimento do Laboratório de Informática, disponibilizado aos alunos no próprio laboratório.

Ainda, e de acordo com a Portaria Ministerial nº. 3.284, de 07 de novembro de 2003, que dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições, a IES está preparada para atender todos os alunos portadores de necessidades especiais.

Sem prejuízo de acessibilidade às demais dependências da infraestrutura física, estas adaptações privilegiam o acesso de deficientes à biblioteca, laboratórios e espaços de convivência, bem como serão oferecidos recursos tais como computadores tanto no laboratório de informática quanto na biblioteca, equipados com os programas: DOSVOX, um sistema para microcomputadores da linha PC

que se comunica com o usuário através de síntese de voz, viabilizando, deste modo, o uso de computadores por deficientes visuais, que adquirem assim, um alto nível de independência no estudo e no trabalho. O sistema realiza a comunicação com o deficiente visual através de síntese de voz em Português, sendo que há síntese de textos a ser configurada para outros idiomas; NVDA (Acesso Não-visual ao Ambiente de Trabalho) um software livre, de código aberto, onde qualquer pessoa que entende do assunto pode contribuir para o seu aperfeiçoamento; VIRTUAL VISION que “varre” os programas em busca de informações que podem ser lidas para o usuário, possibilitando a navegação por menus, telas e textos presentes em praticamente qualquer aplicativo. A navegação é realizada por meio de um teclado comum, e o som é emitido através da placa de som presente no computador. O Virtual Vision também acessa o conteúdo presente na Internet através da leitura de páginas inteiras, leitura sincronizada, navegação elemento a elemento e listagem de hyperlinks presentes nas páginas; JAWS Um software de síntese de voz que utiliza placa e caixas de som do computador para vocalizar as informações exibidas no monitor. O computador fala desde o primeiro momento para guiar o usuário passo a passo através desde a instalação a utilização do software.

Toda a estrutura conta com serviço de internet Wi-Fi com alta velocidade, além de quantidade adequada de equipamentos relativo ao número de usuários, política de atualização de equipamentos e softwares e adequação do espaço físico.

BIBLIOGRAFIA

A Biblioteca está devidamente regulamentada e se responsabiliza pela preservação, atualização e difusão do conteúdo do acervo da biblioteca.

Pelo Portal de Periódicos disponível no site é possível acessar bases de dados de publicações, como, por exemplo, revistas eletrônicas, além do acesso ao Portal de Periódicos da Capes, uma biblioteca virtual que reúne e disponibiliza às instituições de ensino e pesquisa no Brasil o melhor da produção científica internacional.

A biblioteca trabalha no sentido de atenderem aos diversos segmentos da comunidade, oferecendo os serviços:

- Empréstimo do material informacional aos usuários cadastrados na Biblioteca.
- Comutação bibliográfica nacional para os usuários que possuam vínculo com a Instituição.
- Orientação/treinamento informal aos usuários.
- Visitas orientadas agendadas aos interessados.
- Normalização técnica.
- Catalogação na publicação.
- Utilização da Internet direcionada à pesquisa.
- Guarda-volumes para bolsas, cadernos, pastas disponíveis aos usuários que forem utilizar o espaço interno e serviços da Biblioteca.

A Biblioteca possui ainda uma acervo bibliográfico para atender a todos os cursos de graduação. Tal acervo é constantemente atualizado.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

A bibliografia básica a ser utilizada no curso compõe-se no mínimo de 03 (três) títulos (livros) para cada componente curricular, sendo que cada um dos títulos possui no mínimo 07 (sete) exemplares disponíveis para o estudo e pesquisa dos acadêmicos do curso na biblioteca, perfazendo um exemplar para cada 11 a menos de 15 vagas autorizadas.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

Toda a bibliografia complementar do Curso está adequada para atender seus alunos, apresentando no mínimo 04 títulos diferentes para cada um dos componentes curriculares do curso, sendo que cada um dos títulos possui no mínimo 02 (dois) exemplares disponíveis para o estudo e pesquisa dos acadêmicos do curso na biblioteca.

RELAÇÃO DE PERIÓDICOS

Destacamos abaixo os periódicos especializados, indexados e correntes, sob a forma impressa ou virtual, disponibilizados no acervo da Biblioteca para consulta dos estudantes.

[Acesse o Portal dos Periódicos do Curso](#)

REGULAMENTO

[Consulte o Regulamento da Biblioteca.](#)

LABORATÓRIOS DIDÁTICOS ESPECIALIZADOS

QUANTIDADE

Naquilo que concerne à quantidade de laboratórios especializados do curso, os mesmos encontram-se implantados com suas respectivas normas de funcionamento e utilização possuindo equipamentos em quantidade adequada aos espaços físicos e vagas autorizadas e em andamento.

Nome do Laboratório	Link de Acesso ao regulamento e adequações ao currículo
Anatomia Humana I e II	Clique aqui para acessar
Microbiologia	Clique aqui para acessar
Águas e Alimentos	Clique aqui para acessar
Hematologia	Clique aqui para acessar
Parasitologia	Clique aqui para acessar
Uroanálise	Clique aqui para acessar
Imunologia	Clique aqui para acessar
Química Geral I e II	Clique aqui para acessar
Bioquímica I e II	Clique aqui para acessar

Nutrição	Clique aqui para acessar
Farmacotécnica	Clique aqui para acessar
Clínica Escola de Saúde	Clique aqui para acessar
Laboratório de Informática	Clique aqui para acessar

QUALIDADE - POLÍTICAS DE MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS

Naquilo que concerne à qualidade dos laboratórios especializados do curso, os mesmos encontram-se implantados com suas respectivas normas de funcionamento e utilização e, estão perfeitamente adequados e providos de acessibilidade aos portadores de necessidades especiais, políticas de atualização de equipamentos e disponibilidade de insumos.

SERVIÇOS - POLÍTICAS DE ATENDIMENTO À COMUNIDADE

Naquilo que concerne aos serviços dos laboratórios especializados do curso, os mesmos encontram-se implantados contando com apoio técnico e políticas de atendimento à comunidade.

REQUISITOS LEGAIS E NORMATIVOS

DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS DO CURSO

O Curso foi embasado nas diretrizes curriculares específicas para o mesmo, atendendo a mesma em relação ao perfil do egresso, competências e habilidades, trabalho de conclusão de curso, estágio curricular e atividades complementares.

No que tange à carga horária do curso, todas as definições dos percentuais atendem ao que determina a diretriz curricular do curso.

DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E PARA O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA, AFRICANA E INDÍGENA

Definimos como forma de inserção de temáticas relacionadas com a Educação Étnico-Racial e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena no ementário do curso, por meio das componentes curriculares.

Consulte as componentes curriculares que atendem à esta temática no item Políticas institucionais no âmbito do curso.

O ementário pode ser consultado no item Estrutura Curricular Curso.

Atividades de extensão relacionadas a esta temática, também são realizadas no âmbito do curso.

DIRETRIZES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

Para atender ao Parecer CNE/CP 8/2012, definimos como forma de inserção de temáticas relacionadas com os Direitos Humanos, no ementário do curso, por meio dos componentes curriculares.

Consulte as componentes curriculares que atendem à esta temática no item Políticas institucionais no âmbito do curso.

O ementário pode ser consultado no item Estrutura Curricular Curso.

Atividades de extensão relacionadas a esta temática, também são realizadas no âmbito do curso.

PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA PESSOA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

De acordo com o disposto na Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, promovemos a aceitação da matrícula deste aluno, bem como, por meio do Núcleo de Acessibilidade, incentivamos a formação e a capacitação de profissionais especializados no atendimento à pessoa com transtorno do espectro autista, a pais e responsáveis e estimulamos a pesquisa científica relativa ao tema, por meio de ações do Núcleo de Acessibilidade instituído na IES.

TITULAÇÃO DO CORPO DOCENTE

Para atendermos ao artigo 66 da Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), todo o corpo docente do curso possui no mínimo pós-graduação em grau lato-sensu e/ou stricto-sensu.

NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE – NDE

O Núcleo Docente Estruturante – NDE constitui segmento da estrutura de gestão acadêmica de cada Curso de Graduação, com atribuições consultivas, propositivas e avaliativas sobre matéria de natureza acadêmica, responsável pela criação, implementação e consolidação dos Projetos Pedagógicos de cada curso, nos termos da resolução CONAES Nº 1, de 17 de junho de 2010.

Descrevemos no item disposto no Capítulo dos Executores, como se dá a **concepção, o acompanhamento, as estratégia de renovação parcial dos integrantes do NDE de modo a assegurar continuidade no processo de acompanhamento do curso e a consolidação e avaliação do PPC**

CARGA HORÁRIA MÍNIMA

Atendermos à Carga horária mínima (em horas) para todos os cursos e de acordo com todas as resoluções específicas.

A carga horária total do curso pode ser visualizada no item Contextualização do curso e no item Estrutura Curricular curso.

TEMPO DE INTEGRALIZAÇÃO

Atendemos ao Tempo de Integralização para todos os cursos e de acordo com todas as resoluções específicas.

O tempo de integralização do curso pode ser visualizado no item contextualização do curso no Projeto Pedagógico do Curso.

CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA OU MOBILIDADE REDUZIDA

A IES entende a acessibilidade numa forma ampla que pode ser assim explicitada, conforme descrita em seu PDI:

- **Acessibilidade Atitudinal** - São implantadas ações e projetos relacionados à acessibilidade em toda a sua amplitude, sem preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações. São priorizados recursos para essas ações;
- **Acessibilidade Arquitetônica** - As barreiras ambientais físicas são eliminadas, com a existência de rampas, banheiros adaptados, piso antiderrapante, entre outras;
- **Acessibilidade Metodológica** - As metodologias e técnicas de aprendizagem são priorizadas, tal como a forma como os professores concebem conhecimento, avaliação e

inclusão educacional, promovendo processos de diversificação curricular, flexibilização do tempo e utilização de recursos para viabilizar a aprendizagem de estudantes com deficiência;

- **Acessibilidade Programática** - Sensibilização das políticas de regulação e acesso facilitado às informações de direitos e deveres dos estudantes;
- **Acessibilidade Instrumental** - As ferramentas de estudo devem superar barreiras, priorizando a qualidade do processo de inclusão plena;
- **Acessibilidade nos Transportes** - Elimina barreiras de locomoção, promovendo facilidade e segurança;
- **Acessibilidade nas Comunicações** - A comunicação interpessoal prevê eliminar barreiras, com disponibilização de outros meios, tais como multimídias e intérpretes; e
- **Acessibilidade Digital** - Utiliza-se de diferentes recursos e ajudas técnicas para que o estudante tenha acesso à informação e ao conhecimento, independentemente de sua deficiência.

A IES tem buscado efetivar as ações de acessibilidade pela via da responsabilidade social expressa na Lei do SINAES e do reconhecimento da diversidade não apenas do sistema, mas dos alunos que frequentam a IES.

A instituição tem procurado observar os principais dispositivos legais e normativos produzidos em âmbito nacional e internacional, discriminados no quadro abaixo, que enfatizam a educação de qualidade para todos e, ao constituir a agenda de discussão das políticas educacionais, reforçam a necessidade de elaboração e implementação de ações voltadas para a universalização do acesso à educação superior.

A Instituição dispõe de infraestrutura planejada para portadores de necessidades especiais, e atende também ao que estabelece a Portaria Ministerial N° 3.284 de 7 de novembro de 2003, D.O.U. de 11 de novembro de 2003.

Para alunos com deficiência física cabe destacar a preocupação da Entidade Mantenedora em propiciar total Acessibilidade Arquitetônica com a eliminação das barreiras ambientais físicas, existência de rampas, piso antiderrapante, adaptação de portas e banheiros com espaço suficiente para

permitir o acesso de cadeiras de rodas, colocação de barras de apoio nas paredes dos banheiros, instalação de lavabos e bebedouros em altura acessível aos usuários de cadeira de rodas.

Há também reserva de vagas em estacionamentos nas proximidades das unidades de serviços.

O atendimento aos portadores de necessidades especiais é considerado prioritário na IES e está incluído no que acreditamos e divulgamos como responsabilidade social institucional

Em relação aos alunos com deficiência visual ou auditiva, a IES firma seu compromisso de, no caso de solicitada, aparelhar-se e garantir as condições de acesso durante todo o período em que o interessado estiver matriculado na Instituição. Com relação aos deficientes auditivos e visuais, a IES disponibiliza, em seu quadro de pessoal, intérprete de LIBRAS e assessoria de especialista em Braille.

Observado o disposto acima a IES, visando a identificar os estudantes portadores de deficiências – especialmente os ingressantes - e a eles oferecer condições de acessibilidade e de participação no processo de ensino-aprendizagem durante todo o período de sua permanência na Instituição, estabeleceu os seguintes procedimentos:

- No ato da inscrição para o processo seletivo – levantamento das eventuais necessidades especiais para realização das provas;
- No ato da matrícula – aplicação de questionário ao matriculando, no qual se incluem questões sobre a existência ou não de deficiências ou mobilidade reduzida que venham a exigir, no decorrer do curso, condições especiais de acessibilidade;
- No decorrer do curso – oferecimento de condições de acessibilidade aos estudantes que, posteriormente ao seu ingresso na Instituição, venham a apresentar deficiências ou mobilidade reduzida, temporária ou permanente;
- No decorrer do curso - Acessibilidade Metodológica - promovendo processos de diversificação curricular, flexibilização do tempo e utilização de recursos para viabilizar a aprendizagem de estudantes com deficiência.

As ferramentas de inclusão a serem disponibilizadas na IES ocorrerão com a aquisição dos seguintes softwares, sem prejuízo de acessibilidade às demais dependências da infraestrutura física,

privilegiam o acesso de deficientes à biblioteca, laboratórios e espaços de convivência, bem como serão oferecidos recursos tais como computadores tanto no laboratório de informática quanto na biblioteca, equipados com os programas: DOSVOX, um sistema para microcomputadores da linha PC que se comunica com o usuário através de síntese de voz, viabilizando, deste modo, o uso de computadores por deficientes visuais, que adquirem assim, um alto nível de independência no estudo e no trabalho; NVDA (Acesso Não-visual ao Ambiente de Trabalho) um software livre, de código aberto, onde qualquer pessoa que entende do assunto pode contribuir para o seu aperfeiçoamento; VIRTUAL VISION que “varre” os programas em busca de informações que podem ser lidas para o usuário, possibilitando a navegação por menus, telas e textos presentes em praticamente qualquer aplicativo; e JAWS, um software de síntese de voz que utiliza placa e caixas de som do computador para vocalizar as informações exibidas no monitor. O computador fala desde o primeiro momento para guiar o usuário passo a passo através desde a instalação a utilização do software. O (a) tradutor (a) de Libras também estará disponível para os estudantes nos ambientes que forem necessários (AVA, sala de aula, avaliações, etc).

DISCIPLINA DE LIBRAS

Para atendermos à oferta de Disciplina de Libras conforme Decreto N° 5.626/2005, inserimos a disciplina como optativa nos cursos de grau de Bacharelado e Tecnológicos.

Para os cursos de grau de Licenciatura, a disciplina como componente curricular obrigatório a ser cursado pelo estudante.

O ementário e a bibliografia complementar da disciplina de Libras pode ser consultado (a) no item Estrutura Curricular Curso.

INFORMAÇÕES ACADÊMICAS

Para atendermos ao que se refere à apresentação das Informações acadêmicas conforme Portaria Normativa N° 40 de 12 de dezembro de 2007, alterada pela Portaria Normativa MEC N° 23 de

01 de dezembro de 2010, publicada em 29/12/2010, informamos que, após a autorização do curso, a instituição compromete-se a observar, no mínimo, o padrão de qualidade e as condições em que se deu a autorização, as quais serão verificadas por ocasião do reconhecimento e das renovações de reconhecimento. Assim, a instituição compromete-se em afixar em local visível junto à Secretaria de alunos, as condições de oferta do curso, informando especificamente o seguinte:

- I - ato autorizativo expedido pelo MEC, com a data de publicação no Diário Oficial da União;
- II - dirigentes da instituição e coordenador de curso efetivamente em exercício;
- III - relação dos professores que integram o corpo docente do curso, com a respectiva formação, titulação e regime de trabalho;
- IV - matriz curricular do curso;
- V - resultados obtidos nas últimas avaliações realizadas pelo MEC, quando houver;
- VI - valor corrente dos encargos financeiros a serem assumidos pelos alunos, incluindo mensalidades, taxas de matrícula e respectivos reajustes e todos os ônus incidentes sobre a atividade educacional.

Mantemos também em página eletrônica própria e na biblioteca para os cursos já autorizados e que venham a ser autorizados, para consulta dos alunos ou interessados, registro oficial devidamente atualizado das informações supracitadas, além dos seguintes elementos:

- I - projeto pedagógico do curso e componentes curriculares, sua duração, requisitos e critérios de avaliação;
- II - conjunto de normas que regem a vida acadêmica, incluídos o Regimento que instruíram os pedidos de ato autorizativo junto ao MEC;
- III - descrição da biblioteca quanto ao seu acervo de livros e periódicos, relacionada à área do curso, política de atualização e informatização, área física disponível e formas de acesso e utilização;
- IV - descrição da infra-estrutura física destinada ao curso, incluindo laboratórios, equipamentos instalados, infra-estrutura de informática e redes de informação.

O edital de abertura do vestibular ou processo seletivo do curso, a ser publicado no mínimo 15 (quinze) dias antes da realização da seleção deverá conter pelo menos as seguintes informações:

- I - denominação de cada curso abrangido pelo processo seletivo;

II - ato autorizativo de cada curso, informando a data de publicação no Diário Oficial da União;

III - número de vagas autorizadas, por turno de funcionamento, de cada curso;

IV - número de alunos por turma;

V - local de funcionamento de cada curso;

VI - normas de acesso;

VII - prazo de validade do processo seletivo.

POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Para atendermos às Políticas de educação ambiental, conforme Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999 e Decreto No 4.281 de 25 de junho de 2002, definimos como forma de inserção de temáticas relacionadas com a Educação Ambiental, no ementário do curso, por meio dos componentes curriculares.

Consulte as componentes curriculares que atendem à esta temática no item Políticas institucionais no âmbito do curso.

O ementário pode ser consultado no item Estrutura Curricular Curso.

Atividades de extensão relacionadas a esta temática, também são realizadas no âmbito do curso.